

ÍNDICE

Notas editoriais Página 3

Análise

Dossiê **Um ano de “Trump 2”**

Primeira Parte

Que choques esperam a ordem mundial e as relações entre potências imperialistas?

por Camille Adoue

Página 5

Segunda Parte

Que choques para a economia mundial?

por Pierre Cise

Página 9

Terceira Parte

Do lugar ocupado pela economia do armamento...

por Aurélien Bloyé

Página 14

Teoria

Um Ponto de Vista Operário e Revolucionário Sobre Guerra, Armamento e Serviço Militar

• “O programa militar da revolução proletária”, Lenin, 1916 (excertos)

Página 18

• *Socialism on Trial* (O processo do socialismo, excertos)

Página 23

Correspondência

• **Alemanha**

“Não alinhamos no vosso serviço militar”

Página 29

• **República Democrática do Congo**

Carta de ligação nº 4, Dezembro de 2025

Página 31

• **Burundi**

Lições de uma campanha

Página 32

Há dez anos

A Conferência de Turim e a Constituição do Comité de Organização Pela Reconstituição da IVª Internacional

por Lorenzo Varaldo

Página 33

História

A Greve Geral de 1926 na Grã-Bretanha

por Dominique Ferré

Página 39

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)

Tiragem: 3 000 exemplaires

CPPAP : 0623 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios próprios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

A casos de calendário: passara quase um ano, dia por dia, da cerimónia de posse de Trump — 20 de Janeiro de 2025 — quando se desenrolou a poderosa manifestação de Minneapolis (estado de Minnesota) no dia 23 de Janeiro de 2026.

Nesse dia, quase cem mil trabalhadores e jovens, convocados por uma ampla coligação de organizações sindicais, designadamente a AFL-CIO de Minneapolis, desfilaram pelas ruas para exigir expulsar da cidade o ICE, a sinistra polícia federal da imigração de Trump, que espalha o terror na população com as suas rusgas a trabalhadores imigrantes indocumentados.

Nesse mesmo dia realizaram-se outras manifestações por todos os Estados Unidos, com as mesmas palavras de ordem. E, na semana seguinte, houve-as ainda mais maciças — trazendo para a ordem do dia a acção unida dos trabalhadores de todos os Estados Unidos, com as suas organizações. É uma viragem na presidência de Trump. Atolado no escândalo Epstein — que revela o nível de corrupção e degeneração da classe exploradora — Trump vê-se obrigado a encetar manobras de recuo.

O surto confirma o que os militantes que lutam pela reconstituição da IVª Internacional têm afirmado desde que Trump voltou para a Casa Branca, há um ano. Recordemos: Trump triunfante, o multimilionário Elon Musk fazendo provocações com saudações nazis na cerimónia de posse. Na opinião pública burguesa e pequeno-burguesa “democrática”, aliás como entre as correntes de “esquerda” e de “extrema-esquerda”, a música era a mesma: o fascismo triunfante vencera.

Fascismo? Para os marxistas, fascismo significa o esmagamento da classe operária, destruição das suas organizações e asfixia de toda a democracia política. Contestando tal afirmação unilateral, a nossa revista escrevia que a eleição de Trump reflectia a determinação *“da classe capitalista em fazer o que quiser, onde quiser e quando quiser, sem se preocupar com nada, nem sequer com as formas antigas da sua dominação”* (nº 36, Fevereiro de 2025).

Ora, acrescentava *A Internacional*, o triunfo de Trump não fizera com que a luta de classes desaparecesse, nem nos Estados Unidos nem em parte alguma. Lembrando *“a vaga de greves ininterruptas desde o verão de 2023 nos Estados Unidos. Designadamente a greve de oito semanas dos operários da Boeing... concluída in extremis na véspera do escrutínio presidencial com a satisfação de uma parte importante das reivindicações operárias.”* Uma vaga de lutas da classe operária norte-americana que, afirmávamos, mais cedo ou mais tarde, aguardava Trump.

A alternativa sempre era, portanto, como dizia o título d’*A Internacional*, *“Ou trumpismo fascizante ou socialismo.”* É evidente que nem nós nem ninguém podia então prever a forma específica da confrontação do representante do capital financeiro do imperialismo mais poderoso com a classe operária. Não obstante, servindo-nos do método do marxismo, sabíamos que o motor da história era a luta de classes. E que a exploração provoca resistência à exploração. Não podíamos prever nem onde, nem quando, nem como, mas sabíamos que os dois ramos da alternativa permaneci-

am os mesmos: socialismo ou barbárie.

Do lado da barbárie, é facto que a presidência de Trump ficou, no ano transacto — ilustramo-lo neste número da revista do CORQI —, marcada pelos mais demolidores golpes contra os trabalhadores e os povos oprimidos.

São disso testemunho a continuação do genocídio israelita em Gaza, financiado pelo imperialismo americano, e o sinistro “plano de paz Trump” — vergonhosamente validado pela ONU em Novembro de 2025 — que pôs dois milhões de sobreviventes mutilados, esfomeados e estacionados num campo de concentração sob a alçada directa do presidente dos Estados Unidos e de um “secretariado executivo” composto por magnates do negócio imobiliário e dignitários dos regimes árabes reaccionários da região. São igualmente disso testemunho o plano de pilhagem do subsolo da Ucrânia que Trump conseguiu de Zelensky e as negociações de Trump com o regime de Putin. Ou, ainda, o acordo assinado em Washington entre a República Democrática do Congo e o Ruanda... escancarando os ricos sub-solos da África dos Grandes Lagos à pilhagem pelo consórcio KoBold Metals, entre cujos accionistas se contam os Jeff Bezos, Bill Gates e Michael Bloomberg... O mesmo consórcio que paira na sombra das repetidas tentativas de anexação da Gronelândia.

São disso testemunho, evidentemente, as intervenções (e ameaças de intervenção) do imperialismo americano na Venezuela e no Irão. Nos dois casos, tal como na Gronelândia e na Ucrânia, o “método Trump” consiste em ameaçar, fazer chantagem, vociferar, destacar tropas, seguindo-se, por vezes, actos de guerra ou pirataria, tudo combinado com negociações de bastidores e “acordos”, inclusive com regimes ainda ontem com o labéu de “inimigos da América”.

Assim, depois de mandar as suas forças especiais raptar o presidente da Venezuela, Trump apressou-se a procurar um acordo com o regime chavista, com uma pistola encostada à sua cabeça. Conseguiu que este aprovasse, a 22 de Janeiro, uma lei em matéria de hidrocarbonetos, que, pela primeira vez desde a nacionalização do petróleo há cinquenta anos, escancara o sector petrolífero às multinacionais americanas.

Quanto ao Irão, Trump, depois de enviar uma armada para o largo das costas do país, não seria avesso a um acordo com o regime dos mulás ou uma fracção deste, sabendo que o regime está nas cordas e só pelo terror e pela repressão se consegue aguentar contra as massas. O importante para Trump, que age por conta da Wall Street, não são nem Maduro nem os mulás, mas enfraquecer aliados da China, que continua a ser o alvo privilegiado do capital financeiro dos Estados Unidos.

Num como no outro caso, o CORQI assumiu as suas responsabilidades. Ante a agressão imperialista à Venezuela, lançámos, ao lado de militantes e organizações operárias de todas as tendências de mais de sessenta países, o apelo *“lanquis, fora da Venezuela!”*, que apelava para a mais ampla mobilização, com as palavras de ordem *“Fim da intervenção imperialista! Libertação de Maduro e da esposa! Não à pilhagem dos recursos que pertencem ao povo da Venezuela!”*

● NOTAS EDITORIAIS

➤➤➤ Quando os trabalhadores e a juventude do Irão se sublevaram contra a carestia, opondo-se à política do regime dos mulás, estivemos ao lado dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres e dos povos do Irão contra os seus opressores, o regime dos mulás e o imperialismo. Tomámos posição, incondicionalmente, contra as ingerências e intervenções do imperialismo americano e de Israel. Manifestámos, em particular, a nossa solidariedade com as organizações operárias do Irão. Todos estes elementos da marcha para a guerra imperialista generalizada são uma realidade iniludível — como o é a “guerra interna” nos próprios Estados Unidos. Os acontecimentos de Minneapolis mostraram o deslizamento do regime para uma forma de fascismo. Contudo, a sublevação de Minneapolis mostrou que o triunfo do fascismo nem por isso tem nada de inevitável.

Em Minneapolis, centro do amplo levantamento popular contra a selvajaria do ICE, quem tomou a iniciativa foi a classe operária organizada dos EUA. O dia 23 de Janeiro não foi um explosão espontânea e isolada de raiva. Como muito bem explicou David Stiggers, o presidente do sindicato dos funcionários dos transportes colectivos do estado do Minnesota (ATU Local 1005), em entrevista a *La Tribune des travailleurs* (semanário que os militantes da IVª Internacional divulgam em França) de 24 de Janeiro, “o apelo de 23 de Janeiro foi sujeito a discussão séria. Durante dez dias, reunimo-nos, telefonámos, fizemos videoconferências... (...) Compete-nos participar nesta mobilização como sindicato. Não estamos de fora da sociedade. Quem o ICE ataca são os nossos colegas de trabalho. São ataques que nos enfraquecem a todos. E enfraquecendo os sindicatos, mais facilmente Trump poderá destruí-los. Ora, quem garante o nível de vida dos trabalhadores, quem assegura a sua protecção, salários e cobertura médica são os sindicatos. Não podemos deixar os patrões ou o governo destruir o que nós construímos, destruir as nossas famílias e os nossos bairros, destruir o próprio movimento operário.”

O que este militante operário exprime, tal como tantos outros nos Estados Unidos, é a existência de uma classe trabalhadora e de organizações operárias e de um movimento operário que todos os que cantam loas à “vitória do fascismo” quiseram escamotear.

Não é nada de novo: durante décadas, as mais variadas correntes — estalinistas, esquerdistas, “terceiro-mundistas” e outros “pós-modernistas” — negaram a existência de proletariado nos Estados Unidos, ousando identificar os trabalhadores americanos com o seu próprio imperialismo. O que o camarada Stiggers explica, bem pelo contrário, é que as melhores tradições de luta de classe revolucionária nos Estados Unidos não desapareceram.

Indiscutivelmente, a classe operária debate-se, nos Estados Unidos como em qualquer outro país, com aquilo em que — na nossa opinião de militantes da IVª Internacional — a crise da humanidade se concentra, a saber, a crise da direcção revolucionária do proletariado.

É incontestável que, tirando um vago comunicado de condenação do assassinio de Renée Good — a mulher e mãe de 37 anos friamente assassinada por um agente do ICE, tal como, duas semanas mais tarde, o foi o enfermeiro Alex Pretti —, a direcção nacional da AFL-CIO (historicamente subordinada ao Partido Democrático) se

recusou a tomar a mínima iniciativa prática de mobilização — enquanto ribombava pelas ruas de Minneapolis, e não só, a exigência de “greve geral”.

É incontestável que a organização *Democratic Socialists of America* (DSA), que alardeia contar cem mil militantes, fez grandes declarações contra Trump... enquanto se recusava obstinadamente a romper com o Partido Democrático, do qual constitui a “ala esquerda”. Ora, a 22 de Janeiro, a quase totalidade dos deputados do Partido Democrático votou, pelo diapasão dos representantes republicanos, a favor do orçamento militar de Trump (828 mil milhões de dólares).

Que dizer, ainda, dos renegados da IVª Internacional* que dão afincada cobertura a estes falsos “socialistas”, que dão cobertura, por sua vez, aos democratas, no próprio momento em que estes vão em socorro de Trump, votando a favor do seu orçamento militar?!

Os militantes que, nos cinco continentes, se batem pela reconstituição da IVª Internacional, lobrigarão a forma particular, americana, dum problema com que se debatem os trabalhadores de todos os países, o “social-chauvinismo”: a política dos dirigentes que, em nome dos trabalhadores, apoiam na prática a política dos governos imperialistas fautores de guerra, ainda que por vezes camuflando o seu apoio com discursos contra a guerra.

O “social-chauvinismo” recorda-nos, porém, também, que, sozinha, a burguesia não seria capaz de impor a sua política de guerra. Ela tem necessidade vital da ajuda que os aparelhos contra-revolucionários do movimento operário lhe prestam, tendo estes há muito tempo desistido de derrubar o regime falido da propriedade privada dos meios de produção, com quem fizeram as pazes.

A conferência internacional das organizações do CORQI convocada para 6, 7 e 8 de Novembro de 2026 têm, pois, um alcance que vai muito além das fileiras dos adeptos da reconstituição da IVª Internacional e despertará necessariamente o interesse dos militantes e correntes que procuram o caminho para reconstituir uma autêntica Internacional Operária revolucionária.

Conforme destaca a carta-convite para a conferência internacional: “*Não há outra alternativa à crise actual a não ser combinar a luta contra a guerra com a luta pela socialização dos meios de produção. Os militantes que lutam pela reconstituição da IVª Internacional consideram que o lugar central nessa luta cabe à classe dos produtores. É ela, a classe operária, a fonte, pela sua exploração, de todas as riquezas acumuladas pela classe capitalista, que amanhã, quando tomar as rédeas da economia, a reorganizará de forma radical, com base num planeamento que parta das necessidades dos trabalhadores e dos povos e não da busca do lucro. O mesmo se aplica à destruição do ambiente em curso: só a expropriação do capital pela classe trabalhadora lhe poderá pôr fim. Por isso consideramos que, na luta por esses governos operários, de transição para o socialismo, é mais do que nunca necessário que a reorganização política se faça numa base de classe.*”

A Internacional, 9 de Fevereiro de 2026

* Os causadores da crise da IVª Internacional em 2015. Leia-se a tal respeito o artigo sobre a conferência de Turim (de Fevereiro de 2016) de Lorenzo Varaldo, publicado neste número.

Dossiê Um ano de “Trump 2”

Primeira parte

Que choques esperam a ordem mundial e as relações entre potências imperialistas?

Por Camille Adoue

“A ordem mundial do pós-guerra não só está obsoleta, como passou a ser uma arma usada contra nós”, declara Marco Rubio, então secretário de Estado designado, ao comparecer no Senado americano no dia 15 de Janeiro de 2025. Mais esclarecendo que “somos, uma vez mais, chamados a criar um mundo livre a partir do caos.”

AINDA TRUMP NÃO FORA reinvestido nas suas funções na Casa Branca, já ecoava clara a mensagem para o resto do mundo: para corresponder às suas necessidades, o imperialismo americano anunciava-se disposto a desfazer equilíbrios e relações de forças — os que ele próprio criara. Tal o projecto que Trump começou a pôr em prática em 2025.

O significado de America First

Em nem um ano, Trump abanou todos os quadros existentes e as relações entre governos, imperialistas ou não. Como escrevemos no Verão de 2025, “a política levada a cabo por Trump em 2025 não se pode desenquadrar da curva que o sistema capitalista descreve há dois séculos: entre a sua afirmação, o seu desenvolvimento e alargamento ao mundo inteiro e, depois, a estagnação, entrando então no caminho do declínio e caíndo no beco sem saída da decomposição e putrefacção. (...) Com todos os delírios e ultrajes próprios da personagem (e, porventura, em parte por causa deles) Trump é, para o capital, o



Trump e o vice-presidente Vance numa cerimónia militar (Novembro de 2025)

homem da situação — pelo menos por enquanto.” (in *A Internacional*, nº 39, Agosto de 2025: “O futuro é do socialismo; o presente é da organização para a vitória do socialismo”).

A palavra de ordem de Trump *America First* (‘Primeiro a América’) é, na verdade, reflexo da necessidade que a classe capitalista americana sente de fazer o que quer, quando quer, sem entraves... fique embora o resto do mundo esmagado e a humanidade mergulhada na barbárie. A administração não pode, assim, perder tempo com regras e instituições herdadas da ordem mundial de 1945. Uma nota publicada pela Direcção Geral do Tesouro no dia 16 de Maio de

2025, relativa ao giro de Trump pelos países do Golfo (Arábia Saudita, Qatar, Emirados Árabes Unidos) rezava que “a diplomacia de Donald Trump centra-se resolutamente nos negócios, a par de anúncios políticos disruptivos”. Confirmou-o mais tarde o documento de estratégia de defesa nacional dos Estados Unidos publicado em 5 de Dezembro de 2025, que referia que a administração se pautava unicamente pela vontade de “reforçar a economia americana”. Para tanto, a administração anunciava pretender abrir caminho aos “produtos de que carecemos para nos defendermos”, “ampliar o acesso dos Estados Unidos aos minérios e matérias essenciais”, >>>

● ANÁLISE

»» para dispor de “um exército forte e competente” capaz de “produzir em grande escala os sistemas e munições mais eficazes”. Eis o princípio único que, de Gaza ao Congo, passando pelas tentativas de acordo com Putin sobre a Ucrânia norteia os pretensos “acordos de paz sob a direcção do presidente”.

Alvo principal; a propriedade estatal na China

Independentemente dos seus ângulos de ataque, as diferentes fracções da burguesia americana estão todas de acordo em que a China constitui, dada a natureza do seu sistema económico, o grande obstáculo aos interesses do capital americano. Pois “a China de hoje é fruto de uma revolução proletária (...) Ainda hoje — para desgraça dos capitalistas americanos — 80% das principais empresas chinesas enquadram-se na propriedade do Estado. (...) Não cabe nenhuma dúvida de que a burocracia no poder na China cada vez mais está abrindo, ou tentando abrir, a economia chinesa ao capital privado. Não cabe dúvida de que, não estando uma burguesia chinesa no poder, há capitalistas chineses. (...) Estes protestos dos americanos e da União Europeia contra as ajudas estatais chinesas são frequentes. Os capitalistas europeus e americanos protestam, dizendo que, ao ajudar as empresas, o Estado chinês está a criar distorções no mercado.” (nº 38 d’A Internacional, Fevereiro de 2025). Para o capital financeiro americano, é insuportável que a economia chinesa escape às regras da economia assente na propriedade privada dos meios de produção.

Na sua comparência no Senado, Rubio expusera que era necessária uma nova ordem mundial porque era necessário subir o patamar do confronto com a China. Quando declara que a ordem mundial de 1945 passou a ser “uma arma usada contra nós”, Rubio acrescenta que foi por “termos acolhido o Partido Comunista Chinês na ordem mundial que ele se aproveitou de todas as suas van-

tagens, ignorando todas as suas obrigações e responsabilidades” — embora sem deixar de reconhecer que a China “nos serviu bem”, referência aos exploradores capitalistas das multinacionais, que se puderam aproveitar do baixo custo da força de trabalho de dezenas de milhões de operários, privados de direitos pelos burocratas do Partido Comunista Chinês no poder. Neste contexto, nada tem de anódino que, logo que Trump tomou posse, tenham sido convocados para Washington os membros do Quad, a aliança militar antichinesa que junta os governos australiano, indiano, japonês e americano.

Ocupa a NATO o centro do novo dispositivo de Trump?

“Em seis meses, Trump virou do avesso todos os equilíbrios existentes, desfez o que sobrava da “ordem mundial” instaurada em 1945 entre as potências imperialistas “vitoriosas” e a burocracia estalinista e estilhaçou ou reduziu à impotência as instituições que até então se apresentavam como garantes dessa “ordem mundial” e do pretenso “direito internacional”: a ONU, a União Europeia, o Banco Mundial, o Banco Central Europeu e muitas outras (mas não a NATO!)” (“O futuro é do socialismo; o presente é da organização para a vitória do socialismo”, nº 39 d’A Internacional, Agosto de 2025). A NATO foi fundamental para pôr os imperialismos europeus a toque de caixa atrás de Trump. Tal não implica, no entanto, que esteja garantida à NATO um lugar *ad vitam aeternam* na nova ordem mundial de Trump. Como realçava o jornalista económico Romaric Godin, “Washington parece disposta a passar a recorrer à guerra de conquista, mesmo contra aliados, para satisfazer os seus interesses.”. Trump já por várias vezes ameaçou directamente os seus aliados da NATO: quando propôs que o Canadá passasse a ser o 51º Estado dos Estados Unidos, quando afirmou que era necessário os Estados Unidos tomarem o controlo da Gronelândia, etc. Se, amanhã, por causa dos seus interesses, Trump precisar de se desfazer do quadro da NATO, fá-lo-á.

É essa a lógica de *America First*. Tal como, depois de se ter desfeito dela, voltou de repente a ser adepto da ONU quando o Conselho de Segurança desta aprovou uma resolução, a 17 de Novembro de 2025, mandatando-o para dirigir o “Conselho para a Paz” para tomar conta da governação de Gaza. Como realçou o antigo chefe de redacção do jornal capitalista *La Tribune* a 8 de Janeiro de 2025, “os Estados Unidos não passaram a ser imperialistas com Trump, mas o imperialismo (...) já não deixa margem para ilusões de soberania nem quer saber de contrapartidas.”

Quando a “sua insignificância” ainda é demais...

“Ao terminar a Primeira Guerra Mundial, o imperialismo americano passou a ser o mais poderoso, reduzindo os seus concorrentes da Europa “à sua insignificância”” (Trotsky, discurso de 1923 publicado em *Europa e América*). “Com Trump, (...), a insignificância ainda é demais. “America First” exige esmagar literalmente as outras potências imperialistas e, par começar, as do Velho Continente” (nº 472 de *La Tribune des travailleurs*, semanário do Parti des travailleurs (França), 8 de Janeiro de 2025).

O lugar que Trump reserva às burguesias e governos da Europa



ficou definido na visita do seu vice-presidente Vance a Munique, em 14 de Fevereiro de 2025. *“Há por cá um xerife novo”*, atirou ele aos dirigentes franceses, alemães e britânicos. Tradução: toda a gente passa a submeter-se às ordens de Trump, ditadas pelos interesses do capital financeiro americano.

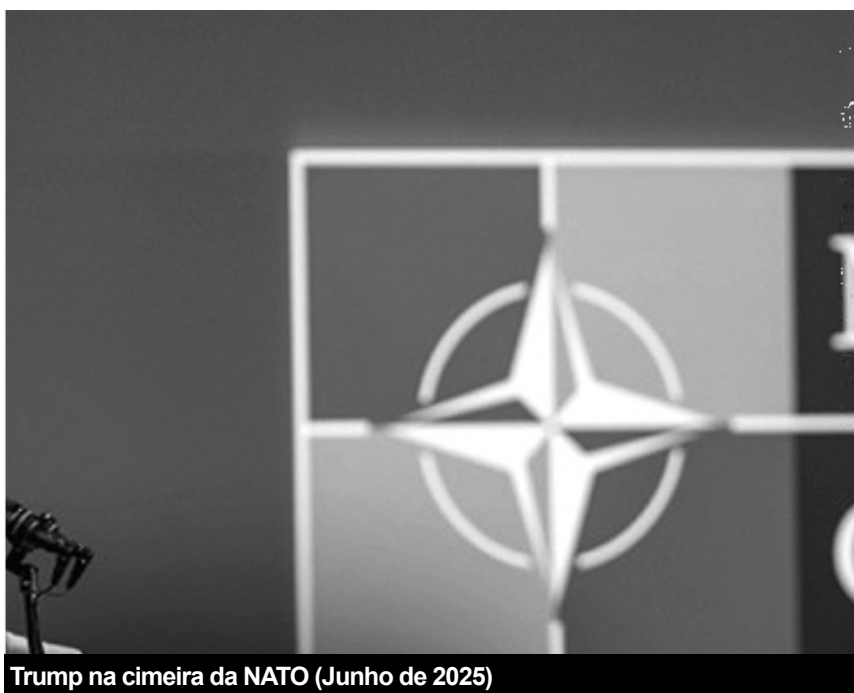
Em um ano, a relação entre o imperialismo americano e os imperialismos europeus ficou virado do avesso. A ordem aos países europeus de passarem os seus orçamentos militares para 5% dos seus PIBs no âmbito da NATO, por um lado, e a imposição de pautas aduaneiras aos países membros da União Europeia, por outro, foram dois elementos cruciais deste novo patamar de subordinação e esmagamento das burguesias europeias. Na cimeira da NATO de Junho de 2025, Trump chegou a indicar que os próprios Estados Unidos ficariam dispensados de afectar 5% do seu PIB ao orçamento militar, fazendo notar aos outros imperialismos que lhes competia a eles pagar as guerras decididas e dirigidas pelo seu próprio imperialismo. O antigo embaixador de França Gérard Araud escreveu um artigo com o título *“Como humilhou Trump os europeus na cimeira da NATO?”*, em que referiu que os chefes de Estado e de governo *“fizeram*

tudo para agradar” a Trump *“ao ponto de perderem a dignidade”* (Le Point, 29 de Junho de 2025).

Trump e alguns governos europeus têm-se vindo a desfazer do quadro da União Europeia, que faz cada vez mais o papel de sucursal da NATO. Não se conclua daí algum sinal mais para a União Europeia nem que, reforçando-a, há maneira de resistir aos ataques do imperialismo. A União Europeia foi instaurada para impor o domínio do capital financeiro americano e estabelecer um quadro que permitisse às burguesias europeias atacar as suas classes trabalhadoras, destruindo as conquistas por estas conseguidas. A União Europeia não pode, em tais condições, ser uma muralha que proteja os trabalhadores europeus dos ataques de Trump.

Outra manifestação da nova relação de forças entre o imperialismo americano e os imperialismos europeus é a intervenção directa da Casa Branca nos assuntos das burguesias europeias. A Casa Branca desenvolveu e reforçou tal orientação numa documento de estratégia de defesa nacional dos Estados Unidos publicado a 5 de Dezembro. *La Tribune des travailleurs* escreveu que *“a administração americana reivindica abertamente a ideologia racista da “grande substituição”*

na Europa, assimilando a “migração em massa” a invasões, sinónimo de “violência”, “criminalidade”, “terrorismo, tráfico de drogas, espionagem e tráfico de seres humanos”... Por outras palavras, o Velho Continente está ameaçado de “obliteração civilizacional”, ficando “irreconhecível dentro de vinte anos ou menos”. Esta mistela racista representa uma chamada às armas às forças de extrema-direita na Europa. O documento — parafraseando a sua linguagem populista — condena as “elites” dos países europeus, culpadas de não se submeterem completamente. Critica igualmente os instrumentos tradicionais da dominação imperialista — a União Europeia e a NATO — que considera desadaptados. Assim, “os Estados Unidos estão a animar os seus aliados políticos na Europa a promoverem a sua renovação espiritual e a influência crescente dos partidos patrióticos europeus, que é motivo de grande optimismo”. A administração Trump gostava de fazer dos Meloni, Orban, Bardella e outros Tommy Robinson pequenos gauleiters (chefes de distrito, na Alemanha nazi — ndr) que lhe permitam “abrir os mercados europeus aos bens e serviços americanos”. Pelas mesmas razões, é necessário chegar a um acordo com os oligarcas russos e, “no interesse fundamental dos Estados Unidos (...), negociar uma cessação rápida das hostilidades na Ucrânia”. Com efeito, para fazer triunfar os interesses capitalistas americanos na Europa, são necessários regimes fortes e enfeudados a Washington, permitindo pôr termo à “indesejável obsessão com regulamentação asfixiante”. Tradução: a existência de uma classe de trabalhadores poderosa que, em dois séculos, “construiu, dentro da democracia burguesa, usando-a do mesmo passo que a combatia, os seus próprios bastiões, as suas bases, os seus focos de democracia proletária: os sindicatos, partidos, clubes de formação, organizações desportivas, cooperativas, etc.” (Leon Trotsky, 1932). Aos quais se acrescente o conjunto de conquistas conseguidas através da luta de classes: em suma, toda a



Trump na cimeira da NATO (Junho de 2025)

● ANÁLISE

➤ tal “regulamentação asfixiante” que Trump gostava de poder destruir à machadada” (nº 519 de *La Tribune des travailleurs*, 10 de Dezembro de 2025).

E nos próprios Estados Unidos?

No plano nacional, Trump tem-se pautado por uma lógica semelhante, desembaraçando-se das regras estabelecidas pela Constituição americana e pelas instituições do país, pouco importa se à custa da ruína das próprias fundações da democracia burguesa.

A mais notável ilustração da deriva para um regime cada vez mais autoritário foi a criação de um vasto dispositivo para organizar rusgas a trabalhadores imigrantes. Trump organizou o destacamento da polícia aduaneira americana, ICE, para numerosas cidades americanas na mira de apanhar trabalhadores imigrantes até nos seus locais de trabalho e hospitais. Em Junho de 2025, enquanto deflagravam confrontos entre agentes do ICE e habitantes de Los Angeles determinados a impedir as rusgas, Trump optou por mandar para a cidade a Guarda Nacional, sem consultar o governador do Estado (uma estreia, para um presidente). O destacamento do ICE e as ameaças de envio da Guarda Nacional (materializassem-se elas ou não) foram, para Trump, a maneira de afirmar o peso e o poder da sua administração federal contra os Estados americanos. Acrescente-se-lhe o braço-de-ferro de Trump com os juizes federais americanos. Desde que voltou para a Casa Branca, Trump assinou uma cinquentena de decretos, mais reaccionários uns do que os outros. O recurso aos decretos presidenciais é a forma de fugir ao controlo do Congresso americano (apesar de Trump nele ter a maioria), pondo o presidente, na prática, acima do equilíbrio tradicional entre os vários braços do poder. Em um ano, Trump assinou uns 221 decretos (tantos como os que Biden assinou entre 2017 e 2021). Um terço deles foi contestado nos tribunais. O que se joga para Trump não se cinge à capacidade de impor as

suas decisões políticas saltando por cima do Congresso americano, a questão é saber até onde pode ir no emancipar-se dos princípios fundamentais das instituições americanas e adaptá-las às suas necessidades.

Mas o capitalismo não pode escapar às suas contradições... nem à luta de classes

Terá a nova ordem mundial instaurada com o regresso de Trump à Casa Branca permitido ao capital financeiro americano superar as suas contradições? Se bem que as vicissitudes do ano, a barbárie à solta e a entrada cada vez mais clara numa situação de guerra mundial generalizada dêem o efeito de um rolo compressor, Trump não pode escapar às leis do capital. O ano de 2025 ficou igualmente marcado por contradições crescentes na burguesia americana, por um lado, no Partido Republicano e na sua base eleitoral, por outro. A política económica de Trump e os seus resultados ficam longe das promessas que fez na campanha eleitoral — lá iremos na segunda parte deste dossiê. A repressão à solta no país preocupa cada vez mais representantes republicanos por causa das repercussões que pode ter nas próximas eleições. Trump enfrentou, ao longo do ano, crises no seu próprio campo: o afastamento de Musk, nomeadamente pelo desacordo deste com a política aduaneira de Trump; a ruptura com Marjorie Taylor Greene, antiga

adepta fiel do MAGA, etc.

Contudo, se Trump esbarra nos limites e contradições do próprio sistema capitalista, ele esbarra igualmente na resistência operária e na luta de classes. Esta resistência reflectiu-se, nos Estados Unidos, nos movimentos de greve em que os trabalhadores, na base, se organizaram na luta pelas suas reivindicações, nas significativas manifestações de Junho e Outubro, em que os trabalhadores saíram à rua aos milhões em protesto contra a política de Trump e os ataques à democracia, na constituição de redes de organização da defesa dos trabalhadores imigrantes contra as rusgas nas cidades e nos bairros. Reflectiu-se também no mundo inteiro; nas concentrações de Junho e Julho de 2025, da Índia ao Luxemburgo, em que trabalhadores e organizações sindicais saíram à rua para protestar contra os planos dos seus governos de ao serviço do imperialismo americano. Nos levantamentos da juventude na Indonésia, no Nepal, em Madagascar, nas Filipinas, em Marrocos, contra o desemprego e a destruição dos serviços públicos — que não passam de consequências da pilhagem das potências imperialistas e do modo de produção capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção. Reflecte-se em cada uma das greves na Europa, contra os planos de despedimentos ou os cortes orçamentais resultantes da guerra alfandegária e das ordens americanas para aumentar os orçamentos da guerra. Esta re-



Na manifestação de Minneapolis, 23 de Janeiro de 2026

sistência é a resistência da classe operária, única força social capaz de bater Trump e a reacção e abrir uma saída política à crise, impondo a socialização dos meios de produção. Porém, nos Estados Unidos como em todo o mundo, não se podendo negar o poderio da resistência dos trabalhadores e da juventude, ela esbarra, ainda assim, na crise da direcção revolu-

cionária e no papel que os aparelhos políticos e sindicais desempenham. São eles que, nos Estados Unidos, aceitam cingir o movimento operário ao quadro do Partido Democrático, o outro representante dos interesses do capital financeiro americano, são eles que, na Europa, dizendo, à segunda-feira, que defendem os interesses dos trabalhadores, para a

seguir, à terça-feira, votarem a favor das verbas para a guerra e dos orçamentos de austeridade. Os militantes do CORQI lutam pela reconstituição da IVª Internacional, do partido mundial da revolução proletária, para ajudar a classe operária a superar estes obstáculos. ●

Segunda parte

Que choques para a economia mundial?

Por Pierre Cise

Ao instalar-se na Casa Branca, Trump prometeu o aumento do rendimento dos americanos, o fim da inflação, a prosperidade da “classe média” e o aumento do respectivo poder de compra. Um ano depois, em que ficamos?

A COTAÇÃO DE TRUMP segundo as sondagens deste início de ano anda muito a meia haste. Segundo uma sondagem da CNN, “a maioria dos americanos considera que Trump se concentra nas prioridades [económicas] erradas e não faz o suficiente para lutar contra o custo de vida. Uma maioria de 58% considera o primeiro ano do mandato de Trump falhado.” É um sentimento que os dados objectivos sobre a situação da economia da primeira potência mundial confirmam, tal, aliás, como a manifestação de resistência dos trabalhadores americanos contra as consequências da política de Trump.

No plano económico, houve, pelo menos, dois eventos que marcaram o ano de 2025, com as mais funestas consequências para os trabalhadores e a juventude dos Estados Unidos. Um foi, natu-

ralmente, o aumento dos direitos aduaneiros sobre produtos importados do estrangeiro. O outro foi o *One Big Beautiful Act* (“Grande, Bela Lei Geral” ou OBBA), apresentado com grande pompa no dia da festa nacional americana. Esta lei orçamental anunciava reduções drásticas dos impostos, principalmente para os mais ricos, o reforço da perseguição e expulsão de imigrantes, a subida da despesa militar na ordem de 150 mil milhões de dólares, cortes nas despesas do Estado federal e, em particular, nas despesas sociais (ajuda aos empréstimos estudantis, aborto e contracepção, cobertura dos cuidados de saúde, ajuda alimentar, etc.).

No final de 2025, início de 2026, alguns números parecem apontar para que, ao fim de um ano de política de Trump, nem tudo vá mal. O crescimento da economia americana é de 4,3%, o que, não sendo excepcional, é quatro vezes superior ao dos países da União Europeia⁽¹⁾. A taxa de desemprego é relativamente estável, 4,3%, tendo mesmo baixado um pouco desde Dezembro de 2025⁽²⁾. A mesma taxa atinge na União Europeia, em média, 6%⁽³⁾.

São, porém, números enganadores, que escondem uma realidade menos cor-de-rosa.

Pautas aduaneiras: efeitos ainda limitados...

Desde que Trump as promulgou, no dia 2 de Abril de 2025 (“dia da libertação”, chamou-lhe), as pautas aduaneiras têm flutuado muito. Algumas medidas foram suspensas por causa de recursos judiciais iniciados por empresas e por doze Estados governados pelo Partido Democrático. Note-se que os recursos não são de natureza material — não incidem, designadamente, em que as suas vítimas serão os consumidores —, mas processuais, pois toda a tributação dos consumidores deve obrigatoriamente passar pelo Congresso! Seja como for, estes direitos aduaneiros ficam suspensos na pendência de várias deliberações do Supremo Tribunal. Principalmente, porém, Trump viu-se obrigado a recuar relativamente a algumas pautas (Canadá, México, Vietname, etc.) ou a isentar alguns países (por exemplo, a ‘pasta’ italiana). Viu-se obrigado a anular muitos direitos que incidiam em produtos de consumo de base, como o chá, o café, a carne bovina, alguns frutos e legumes provenientes da América Latina, bem como os móveis, tudo para evitar demasiada contenda antes das eleições intercalares de 2026. E as modalidades aplicáveis aos microprocessadores e aos medicamentos mantêm-se algo fluidas. >>>

● ANÁLISE

➤➤



Trump apresenta as pautas aduaneiras (Abril de 2025)

Nestas condições, os direitos aduaneiros renderam ao orçamento federal receitas de 195 mil milhões de dólares, o dobro do valor de 2024, mas equivalentes a apenas 8% do montante do imposto sobre os rendimentos dos contribuintes americanos. Mais, enquanto Trump apostava em direitos aduaneiros médios de 33%, cálculos recentemente efectuados por economistas de Harvard e da Universidade de Chicago mostram um resultado, no final do ano, de 14%⁽⁴⁾.

Acresce que alguns sectores importadores acumularam existências de mercadorias que ainda tinham sido sujeitas aos direitos antigos, anteriores às novas pautas, o que permitiu ir contendo os efeitos nos preços. Ora, esta situação está agora, no início do ano, a desvanecer-se, à medida que as existências se esgotam e são renovadas já com as novas pautas.

... mas já se fazem sentir

Toda a gente concorda em estimar que as principais vítimas da política comercial de Trump serão os trabalhadores americanos. Os impactos podem ter sido relativamente limitados em 2025, mas só aumentarão em 2026 e depois. Os aumentos das pautas aduaneiras difundir-se-ão necessariamente aos preços, constituindo inevitavelmente um factor de redução do poder de compra da maioria da população. Um estudo recente (entre tantos)⁽⁵⁾ estima que as pautas aduaneiras instauradas pela administração Trump equivalem a uma taxa adicional calculada em 1.100

dólares por família em 2025 e a 1.400 dólares em 2026. E é em média. Para os trabalhadores mais mal pagos, a queda média de rendimento representará 2,7%, enquanto para aqueles cujo salário anda pela média nacional, a perda de rendimento seria de 1,4%. Para os mais ricos, o efeito será marginal.

Para 2025, a inflação nos EUA fixou-se em 2,7%: acima da meta estabelecida pelo banco central americano, o Fed, para uma eventual redução das suas taxas de juro. Trump e o patrão do Fed, Jerome Powell, entraram em conflito aberto quanto ao nível das taxas de juro. Enquanto Powell se recusa a baixar as taxas, considerando que a inflação é demasiada alta (e se anuncia em alta com a subida dos direitos aduaneiros), Trump exige que as taxas baixem, para injectar liquidez que permita aos americanos pedir mais facilmente emprestado para consumirem mais, tentando compensar, pelo menos em parte, o anunciado colapso do poder de compra resultante da sua política... na prática produzindo, porém, massas de capitais fictícios.

Alta demais ou não, a inflação não afecta toda a gente da mesma maneira. Observa-se que no cerne dos aumentos de preços estão as despesas com a energia e as despesas com a alimentação. Estas últimas aumentaram 3,1% no ano de 2025, essencialmente carne, aves, peixe e ovos. Ir ao restaurante passou a ser um luxo para muitos trabalhadores. São os

primeiros efeitos do aumento das pautas aduaneiras.

Ao que se vem somar o preço da energia. Se bem que Trump, na perspectiva das próximas eleições, leve avante uma política activa de redução do preço da gasolina (-3,4% em 2025), o preço do gás e da electricidade aumentou respectivamente 10,8 e 6,7% durante o ano transacto. Já para não falar das despesas com a habitação, que aumentaram 3,2%, e das despesas com cuidados de saúde, que subiram 3,5% em 2025.

A política orçamental de Trump agrava a situação dos trabalhadores

Se os efeitos da política comercial de Trump se fazem já sentir na vida dos trabalhadores, a sua conjugação com os efeitos da política orçamental agrava a degradação do nível de vida a uma escala já muito significativa.

Esta política orçamental encarnou-se no *One Big Beautiful Bill Act* de Julho de 2025, precedido pela criação do DOGE (Department of Government Efficiency – ministério da Eficiência do Estado), dissolvido em Novembro de 2025 e dirigido, até Maio de 2025, pelo multimilionário Elon Musk.

Do lado das receitas, esta política reflectiu-se em reduções drásticas dos impostos a benefício dos ricos e das empresas. A parte mais importante destas reduções foi constituída pela renovação e, na prática, perpetuação de medidas temporárias tomadas por Trump no seu primeiro mandato — nunca impugnadas pela administração Biden —, que caducariam em 2025. Trump acrescentou-lhes medidas de redução dos impostos. No total, a redução da receita fiscal ascende a 4,5 biliões (milhões de milhões) de dólares em dez anos. Foram, em contrapartida, suprimidas as medidas de exoneração fiscal de ajuda à transição energética, designadamente em prol da energia eólica e solar, criadas pelo *Inflation Reduction Act* da administração Biden.

Do lado da despesa, o DOGE cumpriu a contento o seu sinistro

servicinho. Segundo o *Bureau of Labor Statistics*, foram suprimidos em 2025, por acção deste ministério, 27 mil postos de trabalho de funcionários federais — com a consequência de o acesso a muitos serviços públicos se ter tornado cada vez mais difícil e de ter havido uma explosão da desregulamentação, pela desvitalização parcial ou completa do controlo estatal de alguns sectores, como o ambiente, a banca, os seguros, novas tecnologias como a Inteligência Artificial (IA) ou ainda os mercados financeiros. Somando-lhe os despedimentos que se seguiram à paralisação orçamental do final do ano (“shutdown”), estima-se o número de empregos públicos suprimidos num mínimo de 300 mil. É o equivalente a uma redução de 9% dos efectivos do sector público, que já só representa 1,7% dos efectivos de trabalhadores nos Estados Unidos, o nível mais baixo desde final dos anos trinta, momento em que este tipo de estatísticas se publicou pela primeira vez. Os números são, provavelmente, ainda superiores se neles se incluírem os funcionários beneficiários de uma indemnização no âmbito de planos de saída “voluntária” (“buyout”), que não são regista-

dos nas estatísticas.

O machado de Trump e da sua administração abateu-se sem piedade sobre os orçamentos sociais, principalmente o programa de distribuição de vales alimentares SNAP (Supplemental Nutrition Assistance Program) e o sistema de cobertura de saúde Medicaid. Em ambos os casos, as condições de acesso a esses apoios e coberturas foram drasticamente endurecidas. Assim, no que diz respeito ao Medicaid, o acesso é condicionado à obrigação de trabalhar ou de fazer oitenta horas de voluntariado por mês para os adultos sem crianças e os pais de crianças de mais de 14 anos. Esta disposição inspira-se numa experiência posta em prática no Arkansas⁽⁶⁾, que, segundo um estudo de 2019 da Escola de Saúde pública da Universidade de Harvard, se saldou na exclusão de 18 mil pessoas do programa Medicaid por desconhecimento dos seus direitos ou por desânimo ante a complexidade das diligências administrativas, apesar de preencherem os critérios de emprego exigidos.

Além disso, a purga imposta pelo DOGE aos quadros de funcionários abrandou ou mesmo desorganizou as distribuições de

ajudas Medicaid e SNAP.

A política de Trump poderá, assim, privar 15 a 17 milhões de americanos da sua cobertura de saúde no próximos anos, o que surtirá impactos duradouros nas condições de vida e poder de compra de muitos trabalhadores. Segundo a sociedade de gestão de activos Candriam⁽⁷⁾, os direitos aduaneiros, acumulando-se com os cortes orçamentais, deverão reduzir o poder de compra das categorias mais modestas da população em 2 a 4% em 2026.

Assim financia Trump as isenções fiscais para os mais ricos e a sua política de guerra contra os povos.

O *One Big Beautiful Bill Act* prevê aumentos da despesa para a guerra e para a perseguição e expulsão de imigrantes: 150 mil milhões de dólares em despesa militar adicional e 129 mil milhões para reforço da vigilância das fronteiras e para recrutamento, nomeadamente, da sinistra polícia anti-imigração ICE ((Immigration and Customs Enforcement). Ao que se soma o orçamento militar para 2026, no valor de 901 mil milhões de dólares, que Trump conseguiu que o Congresso aprovasse no final de 2025, com a ajuda dos deputados democratas.



Greve das enfermeiras em Nova Iorque (22 de Janeiro de 2026)



● ANÁLISE

>>> Uma política de destruição de empregos

Segundo a página de referência [TradingEconomics.com](https://www.TradingEconomics.com), depreende-se de um inquérito aos empregadores públicos e privados que, em 2025, se suprimiram, nos Estados Unidos, mais de 1,2 milhões de postos de trabalho, um aumento de 58% em relação a 2024 e o número mais alto dos últimos cinco anos. Como antes se indicou, os despedimentos em massa na função pública sob a égide do DOGE compõem uma parte importante deste resultado. Contudo, o segundo sector que mais empregos suprimiu foi o da tecnologia, com um pouco menos de 155 mil perdas de empregos. A razão: o sector desenvolveu e pôs em prática a IA muito mais rapidamente do que os outros sectores, produzindo perdas de postos de trabalho em grande escala. Se queres ser bem servido, serve-te a ti mesmo!

Em contrapartida, os capitalistas americanos apenas criaram 508 mil empregos, contra 2 milhões em 2024. Estamos perante um autêntico colapso no recrutamento, o pior resultado dos últimos vinte e cinco anos. À parte as reestruturações permanentes do

aparelho produtivo e a generalização da aplicação da IA ao processo de produção, a situação explica-se pelo abrandamento, ou mesmo estancamento de todo o investimento produtivo em alguns sectores ante as incertezas criadas por Trump e pela sua política de pauta aduaneiras. É o caso, em particular, em sectores — maioritários nos Estados Unidos — cuja produção e lucros dependam da importação de componentes e bens de equipamento. Será preciso lembrar que as primeiras medidas de tributação das importações decididas por Trump em Abril passado provocaram um autêntico estouro nas praças financeiras mais importantes do mundo (só no dia 7 de Abril de 2025, o Dow Jones caiu 3,2%, e o Nasdaq 4%)?

Não obstante, a taxa de desemprego manteve-se à volta de 4,2% em 2025. Baixou até ligeiramente em Dezembro — ainda que haja uma progressão ligeira desde Janeiro de 2025, com um pico em Novembro (nomeadamente por causa do “shutdown”). No cômputo final, havia, mesmo assim, mais 600 mil desempregados em finais de 2025 do que no ano novo.

Esta estabilidade relativa do desemprego é um dos principais argumentos referidos por Trump para enaltecer os méritos da sua política, em contradição com a situação do mercado de trabalho acima descrita. De facto, segundo os muitos estudos que se têm debruçado sobre este aparente paradoxo, a estabilidade do desemprego tem como principal razão as expulsões em massa de imigrantes, assim retirados das estatísticas oficiais. Quase 260 mil imigrantes foram “apanhados” pelo ICE entre Fevereiro e Novembro de 2025. Segundo o grupo de reflexão (“think tank”) americano *Pew Research Center*, a parte da população norte-americana nascida fora dos Estados Unidos reduziu-se em 1,4 milhões de pessoas entre Janeiro e Junho de 2025.

Ao que acresce a exclusão, na prática, de muitos trabalhadores do mercado de trabalho (desempregados de longa duração com direitos a caducar, trabalhadores desanimados) ou da possibilidade de arranjar trabalho a tempo inteiro. Acrescentando estas categorias de trabalhadores aos desempregados oficialmente recenseados, chega-se a uma taxa de desemprego real



Greve dos empregados da Starbucks (Dezembro de 2025)

de 8,8% em 2025. A política de cortes nos orçamentos sociais e nos quadros das agências estatais organizada por Trump irá com toda a certeza acelerar a degradação da situação.

Crescimento puxado pelo surto da IA — até quando?

Segundo cálculos do Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento da economia americana em 2025 montou a 2,1%, na continuidade dos anos anteriores. Ora, num contexto de queda forte do investimento produtivo, acima mencionado, este bom resultado relativo só se consegue graças ao investimento em massa na IA. No conjunto do ano de 2025, estima-se que o investimento em IA (incluindo as despesas de infra-estrutura, nomeadamente os centros de dados e a realocação da produção de microprocessadores) tenha contribuído com 40%, no mínimo, do crescimento da economia. No primeiro semestre de 2025, a economia americana teria mesmo passado, sem a IA, por um crescimento nulo. A administração tem tal consciência do facto, que tomou várias medidas para estimular o sector. Já em Janeiro de 2025 Trump organizara, na Casa Branca, um espectáculo de lançamento de um projecto de investimento em infra-estruturas de IA (projecto Stargate) no valor de 500 mil milhões de dólares, co-pilotado pelos mastodontes da tech (Oracle e OpenAI) e por um dos primeiros financiadores do sector (o SoftBank). Com o DOGE, Trump impulsionou muita desregulamentação e simplificação das diligências administrativas que entravavam a actividade dos capital-

istas do sector. A administração Trump efectuou mesmo investimentos directos nas empresas consideradas estratégicas ou fê-lo em nome da diminuição da dependência do país da China, no caso de alguns componentes — iniciativas consideradas preocupantes por alguns capitalistas que nisso viram uma tentativa de controlo estatal.

Este surto do investimento em IA, estimulado por Trump para salvar o crescimento, continuou a alimentar a febre bolsista. Desde Janeiro de 2025, o índice S&P 500 (o índice da Wall Street) avançou 16%, e o Nasdaq, que concentra a maior parte dos valores tecnológicos, avançou mais de 20%, um nível historicamente elevado. Assim sendo, o risco de bolha financeira e de rebentamento dessa bolha apresentado em Fevereiro de 2025 em anterior número d'*A Internacional*⁽⁸⁾ subsiste e, com toda a probabilidade, ampliou-se.

A capitalização dos “Sete Magníficos” (Apple, Microsoft, Alphabet — ex-Google — Amazon, Tesla, Meta — ex-Facebook — e Nvidia, o nº 1 dos microprocessadores) que encabeçam o sector passou, em dois anos, de 20% a um terço da capitalização total dos quinhentos maiores grupos americanos cotados em Bolsa.

O mesmo é dizer que estes investimentos maciços, que desviam biliões de dólares das necessidades fundamentais da população americana, têm de ser rentáveis à viva força e permitir extrair massas gigantescas de lucros. Mas não é fácil. Uma análise do Massachusetts Institute of Technology (MIT) publicada no Verão de 2025,

que incide nuns trezentos casos de introdução de ferramentas de IA nas empresas, indica que 95% não geraram nenhum retorno do investimento.

Contudo, os investimentos maciços dos grandes grupos do sector da IA são-lhes necessários para se manterem à cabeça do pelotão: uma espiral que acumula elementos numa bolha especulativa com efeitos com toda a probabilidade devastadores sobre a instável economia americana — de que os trabalhadores serão as vítimas principais. ●

(1) Números do Banco Central Europeu, citados por *Le Monde*, 16 de Janeiro de 2026.

(2) Todas as estatísticas em matéria de salários e emprego nos Estados Unidos vêm do *Bureau of Labor Statistics*, BLS, que é uma agência estatal.

(3) Fonte: Eurostat.

(4) *Le Monde*, 12 de Janeiro de 2026.

(5) Trumponomics, os efeitos da política económica de Donald Trump, Christophe Blot (Sciences Po, OFCE),

(6) A governadora do Estado (Sarah Huckabee Sanders), antiga portavoz de Trump no seu primeiro mandato, ganhou notoriedade em 2023 por ter restaurado o trabalho infantil, que fora proibido nos Estados Unidos em 1938.

(7) Citado em *Alternatives économiques*, 20 de Janeiro de 2026.

(8) N° 37 d'*A Internacional*, Fevereiro de 2025.

● ANÁLISE

»» Terceira parte

Do lugar ocupado pela economia do armamento...

Por Aurélien Bloye

Trump e a passagem a uma economia americana “para tempos de guerra”

NO DIA 20 DE JANEIRO DE 2025, Donald Trump iniciou o seu segundo mandato com uma viragem assumida: fazer do poderio militar o pilar central do seu “America First”. Um ano mais tarde, a decisão de criar o seu “*exército de sonho*” americano pronto a actuar ilustra a vontade do imperialismo americano de elevar a um novo patamar a militarização da sua economia nacional. Condição para lá chegar é que o Estado opere uma mudança estrutural profunda. Nestas mudanças habita a comprovação da impossibilidade em que o sistema capitalista se encontra — seja ele o mais poderoso dos imperialismos — em sobreviver de outra maneira que não a destruição em massa de forças produtivas.

A “nova doutrina de segurança nacional” da administração Trump

A administração Trump anunciou publicamente, em Dezembro de 2025, quando publicou a sua “nova doutrina de segurança nacional”, a sua vontade de fazer uma reorganização de fundo. A nova doutrina fica a assinalar uma mudança brutal, pelo seu carácter explicitamente militarista e de preparação para a guerra mundial. O documento identifica claramente a China, já não a Rússia, como alvo principal, e exige um esforço militar sem precedentes. Justifica, designadamente, a reafecção de vastos recursos para a zona indopacífica que rodeia a China.

Contudo, para marchar para a guerra, o imperialismo necessita de um tipo de exército que já não coincide com o que existiu na



Hegseth, secretário da Guerra, discursando aos generais (Setembro de 2025)

ordem mundial saída de 1945, da qual o imperialismo americano decidiu desfazer-se.

No início de Janeiro, Trump anunciou um projecto faraónico de um “exército de sonho”, financiado por 1,5 bilião de dólares anuais até 2027. Este compromisso representa, para começar, um brutal salto quantitativo. É 50% superior às previsões iniciais para 2027; um aumento, portanto, igual a metade do valor actual. O montante é equivalente ao produto interno bruto dos Países Baixos. Confirma-se a posição dos Estados Unidos como principal gastador militar do mundo, ultrapassando a soma dos nove países que se lhe seguem. Em percentagem do PIB americano, seria um salto de 3,3% para 4,6% do PIB num só ano.

Um “exército de sonho” por 1,5 biliões de dólares

No plano estritamente militar, o Pentágono prepara aquilo a que ele chama a “frota dourada”. Esta destinar-se-ia a atacar em terra, no mar, no ar e no espaço. O plano financia o triplicar da produção de grandes equipamentos, como caças-bombardeiros, por 300 milhões de dólares a unidade, ou ainda a construção de novos couraçados com capacidade nuclear por

9.100 milhões a unidade. A produção será assegurada em cadeias de montagem às quais se pede uma aceleração das cadências, reorganização e concentração. No plano defensivo, instalar-se-ia por cima do território americano uma “abóbada dourada” do valor de 175 mil milhões de dólares, para interceptar ataques aéreos e espaciais.

A bolsa saudou de imediato a injeção estatal nos cadernos de encomenda. No dia seguinte ao anúncio de Trump, as cotações em bolsa da Northrop Grumman, da Lockheed Martin, da L3Harris e da RTX subiram entre 3 e 9%. O avanço do índice MSCI, que traça a trajectória dos valores do armamento e da indústria aeroespacial, fixou-se em 75% em 2025.

A descolagem orçamental e os megacontratos não ficaram à espera de Janeiro de 2026. O “One Big Beautiful Bill” (“Grande, Bela Lei Geral”), um dispositivo legal topa-a-tudo de 1.100 páginas, promulgado em Julho de 2025 depois da aprovação da Câmara dos Representantes, previa uma injeção de 400 mil milhões de dólares públicos aos capitalistas americanos, 150 mil milhões dos quais explicitamente afectados à economia do armamento. Abrange,

ainda, um ataque de fundo ao programa de cobertura médica *Medicaid* e a supressão de taxas às empresas. Estes orçamentos colossais alimentam directamente os gigantes americanos do armamento. Em 2024, as vendas das cem maiores empresas do sector atingiram um valor recorde de 679 mil milhões de dólares, representando as firmas americanas metade do total.

A correspondente punção irá cravar-se nos trabalhadores americanos e, em particular, nos serviços públicos que lhes são úteis, numa “guerra interna” contra a classe operária americana. Os drásticos cortes orçamentais às administrações civis (cerca de 20% dos quadros suprimidos em 2025, excluindo a defesa) e a dívida pública permitiram assegurar o financiamento necessário.

O plano não representa apenas um aumento orçamental de 50% em relação ao que já havia. Esta acumulação de meios configura igualmente uma mudança estrutural da economia nacional do imperialismo mais poderoso. A indústria do armamento passaria a ser o motor essencial do lucro capitalista. Por trás das vertiginosas importâncias, a promessa de Trump não tem unicamente que ver com a subida em flecha do orçamento da defesa; representa uma nova etapa em direcção à economia americana da guerra permanente.

A economia do armamento e o complexo militar-industrial pré-Trump

A economia do armamento tem estado sempre no centro da economia americana, desde a IIª Guerra Mundial. Até à Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos intervinham como fornecedores dos Aliados. A sua participação directa foi significativa, mas temporária. O sistema não foi perpetuado a seguir a essa guerra.

A economia civil converteu-se em economia de guerra através de uma mobilização industrial total durante a Segunda Guerra Mundial (*Lend-Lease Act*, *Victory Program**), criando os alcances estruturais permanentes

do “complexo militar-industrial”. Em 1947, as despesas militares passaram a ser um pilar essencial da economia americana, materializado nas guerras contra a Coreia e o Vietname e até hoje.

O terno “complexo militar-industrial” foi usado pelo antigo presidente e general do exército Eisenhower em 1961. Designa a aliança entre o Estado burguês e o seu exército, o sector industrial e o capital financeiro, formando um agrupamento centralizado e extremamente concentrado. O mercado do armamento é hoje dominado por cinco gigantes: Lockheed Martin, Boeing, Northrop Grumman, General Dynamics e Raytheon. Eles financiam abundantemente as campanhas eleitorais democratas e republicanas, chegando mesmo aos membros das comissões parlamentares da defesa. A cumplicidade é total e o funcionamento simbiótico. Os gigantes do armamento têm uma dependência da ordem de mais de 75% das encomendas públicas americanas, assim aglutinando as esferas económica, militar e política.

Face à crise do capital, que não encontra campos de valorização suficientes na economia real, o crescimento americano é artificialmente sustentado pelo maná financeiro do Estado. Os gigantes da guerra vivem do soro dos fundos públicos, pagos pelas receitas fiscais, que, no essencial, gravam a classe trabalhadora. Em

2025, 40% do crescimento americano fez-se a reboque do sector tecnológico, ele próprio adstrito às necessidades da economia de guerra. É particularmente assim no caso da ciber-segurança, dos drones autónomos, do software e dos semicondutores. Note-se que os investimentos no sector aumentaram 14% em 2025, ao passo que os outros sectores recuaram.

Cabe acrescentar ao balanço de Trump para o ano de 2025 que a sua administração promoveu ampla e activamente convergências entre as indústrias do armamento e da alta tecnologia (a “tech”). O plano Stargate é um exemplo farol disso, absorvendo 500 mil milhões de dólares de investimento público em IA e centros de dados. Actores como a Palantir ou a SpaceX — sendo do conhecimento público os laços entre o respectivo dono, Elon Musk, e Trump — passaram a ser fornecedores-chave do Pentágono, desfocando os contornos da “fronteira” entre Estado e mercados de canhões.

Houve outros mercados que se abriram, como o da guerra espacial. Se bem que disponha apenas de 3% do orçamento total, ele é beneficiário prioritário dos novos recursos, tendo necessidades estimadas em trinta mil milhões de dólares adicionais para conseguir superioridade no espaço e neutralizar as capacidades anti-satélite da China ou da Rússia.



O porta-aviões americano USS Nimitz



Reorganização por ingerência do Estado

Desde então, a Casa Branca já foi mais longe, mesmo tendo que torcer o braço a alguns industriais do sector. Paralelamente ao anúncio de Janeiro de 2026 de que o livro de cheques do Estado americano ofereceria 1,5 biliões de dólares, Trump indicou que proibiria dividendos e recompras de acções se os prazos de entrega não fossem respeitados e se o investimento se fizesse em buracos na parede. *“As empresas do sector da defesa têm pago dividendos substanciais aos seus acionistas e procedido a recompras de acções em grande escala, em prejuízo do investimento em fábricas e equipamentos. Isso não voltará a ser tolerado nem aceite!”* escreveu Trump na sua rede social. Visava explicitamente a empresa Raytheon, que *“parece que pensa que isto é a administração Biden e que continua tudo como dantes”*. Este método punitivo de reestruturação pelo Estado do aparelho produtivo nacional do armamento é inédito. *“Nunca vimos nada assim”*, referiu Jerry McGinn, um responsável do Center for Strategic and International Studies, acrescentando que *“a administração Trump e o departamento da Defesa, desde que chegaram, estão muito concentrados na base industrial da defesa.”* O decreto de Trump requer explicitamente a ingerência do Pentágono nos negócios dos grupos, de modo a garantir que os prémios pagos aos dirigentes fiquem vinculados à sua capacidade de produzir a tempo e horas e não ao desempenho imediato dos lucros. O próprio Pete Hegseth ficou encarregado de passar em revista todos os contratos vigentes com os mercadores de canhões e seus subempreiteiros. Todos os contratos novos deverão ter em consideração estas exigências. Os serviços examinarão os objectivos de produção, qualidade e pontualidade.

Merece, igualmente, nota que Trump prometeu intervir no

planeamento e modificação da produção militar em território nacional. Passou a prioridade absoluta a realocização para os Estados Unidos da produção de semicondutores, indispensáveis às máquinas de guerra hiper-ligadas, pois as cadeias de abastecimento ainda dependem muito da China.

Com efeito, os Estados Unidos apenas produzem e refinam pequenas quantidades de terras raras. Por três vezes em 2025, Trump mandou que o Estado adquirisse participações em sociedades de minérios ((MP Materials, Lithium Americas, Trilogy Metals). Em Agosto, a administração comprou inclusive 10% do fabricante de semicondutores Intel, o que lhe valeu o qualificativo de *dirigiste-in-chief* da parte do *Financial Times*.

A militarização da era Trump engendra algumas vantagens para o capital americano. Financiada pelo imposto e pela dívida pública, esta gigantesca injeção cria uma procura garantida e sem “risco de mercado”. As armas são consumidas na guerra e necessitam perpetuamente de substituição. Gera lucros fenomenais, indirectamente extraídos da força de trabalho operária pela via do imposto e do Estado. Permite absorver o capital acumulado que não encontra campo de rentabilização suficiente na economia produtiva.

Comprova-se aqui uma das características desenvolvidas em 1913, em vésperas da Primeira Guerra Mundial, por Rosa Luxemburgo, na sua *Acumulação do Capital — o Militarismo, Campo de Acção do Capital*, que formulou uma teoria global do imperialismo: *“O militarismo assegura, por um lado, a manutenção dos órgãos da dominação capitalista, o exército permanente, fornecendo, por outro lado, ao capital um terreno de acumulação privilegiado.”* Mais, *“o rearmamento escoa a super-produção, permitindo ao capital manter-se face à estagnação económica.”*

Tais são os meios que garantem a sobrevivência do capitalismo em crise permanente e definitiva. Para a humanidade, porém, a produção da mercadoria militar, mola tractora do regime económico assente na propriedade privada dos meios de produção, coloca uma questão de fundo: essa economia caracteriza-se, em particular, pelo seu valor de uso: aquilo para que serve, a guerra, a morte, a destruição das forças produtivas da sociedade humana.

Nos Estados Unidos como no mundo inteiro, a alternativa continua a ser, e mais do que nunca: “socialismo ou barbárie”.

A marcha para a guerra globalizada não é, pois, um acidente. Não decorre do espírito louco de Trump e do seu séquito. É uma tendência inerente e necessária à sobrevivência de um sistema capitalista que não encontra outra maneira de fazer lucro. Guerra imperialista e capitalismo estão inextricavelmente ligados.

Em *Lenin e a Guerra Imperialista*, artigo escrito em Fevereiro de 1939 por ocasião do 18º aniversário da morte do principal dirigente do partido bolchevique, Trotsky escreveu que Lenin *“predisse que, enquanto o imperialismo sobrevivesse, os conflitos mundiais infalivelmente se sucederiam. Se o imperialismo sobreviver de novo à guerra actual, haverá uma terceira; depois, uma quarta...”* ●

* Lei reguladora do empréstimo e aluguer ou *Lend-Lease Act*, aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 1941 e em aplicação até Agosto de 1945, autorizava o presidente a vender, ceder, trocar ou emprestar material de guerra e qualquer mercadoria a Estados cuja “defesa seja julgada vital para a defesa dos Estados Unidos”.

O “Programa para a vitória” é um plano de economia de guerra que tem a finalidade de permitir à economia americana passar a ser “o arsenal dos Aliados”, produzindo quantidades crescentes de material de guerra.

● TEORIA

Um ponto de vista operário e revolucionário sobre guerra, armamento e serviço militar

“O programa militar da revolução proletária”, Lenin, 1916 (excertos)

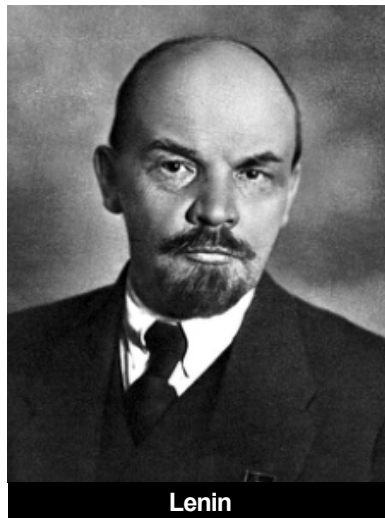
Na Holanda, na Escandinávia, na Suíça, entre os sociais-democratas que combatem, na actual guerra imperialista, a mentira social-chauvinista da “defesa da pátria”, fazem-se ouvir vozes que propõem que se substitua o antigo ponto do programa mínimo social-democrata: “milícia” ou “armamento do povo”, por um ponto novo, intitulado “desarmamento”. A *Jugend-Internationale* lançou um debate nesta matéria, publicando, no seu n° 3, um editorial pró-desarmamento. Nas recentes teses de R. Grimm, deparamo-nos, igual e infelizmente, com uma concessão à ideia de “desarmamento”. As revistas *Neues Leben* e *Vorbote* abriram a discussão.

Examinemos mais de perto a posição dos defensores do desarmamento.

- I -

O ARGUMENTO ESSENCIAL reduz-se a que a reivindicação de desarmamento reflectirá mais claramente, mais determinada e conseqüentemente, a luta contra todas as formas de militarismo e contra todas as guerras.

Ora, é neste argumento essencial que reside igualmente o erro essencial dos adeptos do



Lenin

desarmamento. Não é possível a socialistas declararem-se adversários de toda e qualquer guerra sem deixarem de ser socialistas.

Em primeiro lugar, os socialistas nunca foram nem nunca poderão ser adversários de guerras revolucionárias. A burguesia das “grandes” potências imperialistas passou a ser arqui-reaccionária; nós consideramos que a guerra que **esta** burguesia hoje trava é uma guerra reaccionária, escravagista e criminosa. Mas e uma guerra **contra** esta burguesia? Por exemplo, uma guerra dos povos oprimidos por essa burguesia, dela dependentes, ou uma guerra dos povos coloniais pela sua emancipação? Nas teses do grupo “Internacional”, lê-se, no quinto parágrafo, que “*nesta era de imperialismo desenfreado, deixaram de ser possíveis guerras nacionais*”. É falso, claro.

A história do séc. XX, este século de “imperialismo desenfreado”, está repleta de guerras coloniais. Aquilo, porém, que nós, europeus, opressores imperialistas da maior parte dos povos do mundo, chamamos de “guer-

ras coloniais”, com o odioso chauvinismo europeu que nos é característico, são amiúde guerras nacionais ou levantamentos nacionais desses povos oprimidos. Uma das propriedades essenciais do imperialismo é exactamente acelerar o desenvolvimento do capitalismo nos países mais atrasados — do mesmo passo ampliando e intensificando a luta contra a opressão nacional. É um facto — do qual inevitavelmente decorre que o imperialismo, em muitos casos, tem de originar guerras nacionais. *Junius*, que, na sua brochura, defende as mencionadas “teses”, diz que, na época imperialista, guerras nacionais contra uma das grandes potências imperialistas provocam a intervenção doutra grande potência rival da primeira, igualmente imperialista, transformando-se, por conseguinte, a guerra nacional em guerra imperialista. Mas também este argumento é falso. **Pode** ser assim, mas nem sempre é assim. Numerosas são as guerras coloniais que, entre 1900 e 1914, seguiram outro rumo. E seria pura e simplesmente ridículo afirmar que, depois da guerra actual, por exemplo, redundando ela no esgotamento extremo dos países beligerantes, “será impossível” uma guerra nacional progressista, revolucionária, travada, digamos, pela China, aliada à Índia, à Pérsia, ao Sião, etc, contra as grandes potências.

Negar qualquer possibilidade de guerra nacional na época imperialista é teoricamente falso; historicamente, é um erro manifesto; praticamente, é chauvinismo europeu: havíamos nós, que fazemos parte de nações que oprimem centenas de milhões de homens na Europa, em África, na

Ásia, etc., de declarar aos povos oprimidos que guerras deles contra as “nossas” nações são “impossíveis”!?

Em segundo lugar, guerras civis também são guerras. Quem reconhece a luta de classes não pode deixar de admitir as guerras civis, que, em todas as sociedades divididas em classes, são a continuação, extensão, agravamento naturais e, em certas condições, inevitáveis, da luta de classes. Todas as grandes revoluções o confirmam.

Não admitir guerras civis ou esquecê-las seria recair no oportunismo extremo e renegar a revolução socialista.

Em terceiro lugar, a vitória do socialismo num só país não exclui de maneira nenhuma, à partida, guerras em geral. Pelo contrário, supõe-nas. O desenvolvimento do capitalismo faz-se de maneira extremamente desigual nos vários países. Nem podia, num regime de produção mercantil, ser de outra maneira. Daí esta conclusão iniludível. O socialismo não pode triunfar em simultâneo em todos os países. Começará por triunfar num só ou em vários países, enquanto os outros continuarão por algum tempo a ser países burgueses ou pré-burgueses. Daí nascerão forçosamente fricções, incitando, no mais, a burguesia dos outros países a esmagar o proletariado vitorioso do Estado socialista. Nestas condições, a guerra da nossa parte seria legítima e justa. Seria uma guerra pelo socialismo, pela emancipação dos outros povos do jugo da burguesia. Engels tinha inteira razão quando, na sua carta a Kautsky de 12 de Setembro de 1882, reconhecia com clareza a possibilidade de “guerras defensivas” do socialismo vencedor. Tinha exactamente em mente a defesa do proletariado vitorioso contra a burguesia dos outros países.

Só depois de termos derrubado, vencido definitivamente e expropriado a burguesia em todo o mundo, e não apenas num só país, as guerras se tornarão impossíveis. Cientificamente falando, seria absolutamente errado e absolutamente anti-revolucionário

iludir ou embotar exactamente aquilo que é o mais importante: o esmagamento da resistência da burguesia — o mais difícil e o que mais intensa luta exige na passagem ao socialismo. Os padres “sociais” e os oportunistas estão sempre dispostos a sonhar com o socialismo pacífico do futuro; mas o que os distingue dos sociais-democratas revolucionários é exactamente eles não quererem pensar e reflectir na irreduzível luta de classes e nas guerras de classes necessárias para realizar este futuro magnífico.

Não nos deixemos enganar pelas palavras. Assim, a noção de “defesa da pátria” é odiosa a muitos, porque os oportunistas encartados e os kautskistas dela se servem para camuflar e embotar a mentira da burguesia na actual guerra de rapina. É um facto. Não decorre daí, porém, que tenhamos de desaprender de meditar sobre o significado das palavras de ordem políticas. Admitir a “defesa da pátria” na guerra actual é achar que ela é “justa”, alinhada com os interesses do proletariado — ponto parágrafo, pois guerra alguma exclui a invasão. Seria pura e simplesmente absurdo rejeitar a “defesa da pátria” no que diz respeito aos povos oprimidos na sua guerra contra as grandes potências imperialistas ou ao proletariado na sua guerra contra um qualquer Gallifet* dum Estado burguês.

No plano teórico, incorrer-se-ia em erro grave se se esquecesse que as guerras mais não são do que a continuação da política por outros meios; a actual guerra imperialista é a continuação da política imperialista de dois grupos de grandes potências, sendo essa política engendrada e alimentada pelas relações vigentes na época do imperialismo no seu todo. Contudo, essa mesma época tem, necessariamente, de engendrar e alimentar também a política de luta contra a opressão nacional e a política de luta do proletariado contra a burguesia; há-de, por conseguinte, tornar possíveis e inevitáveis, em primeiro lugar, insurreições e guerras na-

cionais revolucionárias; em segundo lugar, guerras e levantamentos do proletariado contra a burguesia; em terceiro lugar, uma fusão destas duas formas de guerras revolucionárias, etc.

- II -

ACRESCER a seguinte consideração de ordem geral:

Uma classe oprimida que não se esforce por aprender o manejo das armas, por possuir armas, não merecerá senão ser tratada como escrava. Não podemos, com efeito, esquecer, sem o que passaremos a pacifistas burgueses ou oportunistas, que vivemos numa sociedade de classes, da qual não há saída a não ser pela luta de classes. Numa sociedade de classes, assente ela na escravatura, na servidão ou, como é hoje o caso, no salariado, a classe dos opressores está armada. Nos nossos dias, o que representa o armamento da burguesia contra o proletariado é não só o exército permanente, mas também a milícia — mesmo nas repúblicas burguesas mais democráticas, como a Suíça. É uma verdade tão elementar, que mal vale a pena perder muito tempo com ela. Bastará lembrar como se recorre à tropa contra os grevistas em todos os países capitalistas.

O armamento da burguesia contra o proletariado é um dos factos mais importantes, mais fundamentais, mais essenciais da moderna sociedade capitalista. E vêm, não obstante, propor aos sociais-democratas revolucionários que “reivindiquem” o “desarmamento”! Seria uma renegação integral do ponto de vista da luta de classes e desistir da menor ideia de revolução. A nossa palavra de ordem deve ser: armamento do proletariado, para ele poder vencer, expropriar e desarmar a burguesia. É a única tática possível a uma classe revolucionária, tática que resulta de toda a **evolução objectiva** do militarismo capitalista e é por essa evolução ditada. Só **depois de** desarmar a burguesia poderá o proletariado, sem trair a sua missão histórica universal, deitar

>>>

● TEORIA



para a sucata todas as armas em geral — e não deixará de fazê-lo, **mas só então, nunca antes.**

Se a guerra actual **apenas** provoca pavor e horror aos socialistas cristãos reaccionários e pequeno-burgueses choramingas, repulsão pelo uso de armas, seja ele qual for, pelo sangue, pela morte, etc., é nosso dever dizer: a sociedade capitalista sempre foi e continua incessantemente a ser **um horror sem fim**. Se a guerra actual, a mais reaccionária de todas as guerras, prepara agora a essa sociedade um **fim cheio de horror**, não temos nós razão alguma para cair no desespero. Ora, objectivamente falando, numa época em que, à vista desarmada de toda a gente, a burguesia prepara ela própria a única guerra verdadeiramente legítima e revolucionária, a saber, a guerra civil contra a burguesia imperialista, “reivindicar” o desarmamento — ou, mais exactamente, sonhar com o desarmamento — é, literalmente, entregar-se ao desespero.

Aos que alegarão que esta teoria está longe da realidade recordaremos dois grandes factos históricos de alcance mundial: por um lado, o papel dos grandes grupos económicos e do trabalho das mulheres nas fábricas; por outro lado, a Comuna de Paris de 1871 e a insurreição de Dezembro de 1905 na Rússia.

É próprio da burguesia desenvolver grandes grupos económicos, atirar para as fábricas crianças e mulheres, ali as martirizar e perverter, votá-las ao pior despojamento. Nós não “reivindicamos” este tipo de desenvolvimento, não o “apoiamos”, lutamos contra ele. Mas **como** lutamos? Sabemos que os grupos económicos e o trabalho das mulheres nas fábricas marcam um progresso. Não queremos andar para trás, voltar para o artesanato, para o capitalismo pré-monopolista, para o trabalho



Primeira página da *Jugend-Internationale* (1917)

das mulheres ao domicílio. Avante para o socialismo, passando pelos grupos económicos e tudo o mais!

Este raciocínio aplica-se, com as adaptações apropriadas, à actual militarização do povo. Actualmente, a burguesia imperialista militariza não só o povo como um todo, mas até a juventude. Amanhã talvez passe à militarização das mulheres. A tal propósito, cumpre-nos dizer: tanto melhor! Despachem-se! Mais depressa isso se passe, mais próxima a insurreição armada contra o capitalismo. Como poderiam os sociais-democratas deixar-se assustar pela militarização da juventude, etc., se não se esquecessem do exemplo da Comuna de Paris? Não há aqui “teoria longe da realidade”, sonho, há factos. A pior coisa seria, na verdade, que os sociais-democratas, apesar de todos os factos económicos e políticos, acabassem por duvidar de que a época imperialista e as guerras imperialistas fizessem necessariamente reaparecer semelhantes factos.

Um observador burguês da Comuna escrevia num jornal inglês, em Maio de 1871: “Se a nação francesa só fosse composta por mulheres, que terrível nação seria!” Mulheres e crianças de mais de 13 anos bateram-se, durante a Comuna, ao lado dos homens. Não será diferente nos combates vindouros pelo derrube da burguesia. As mulheres dos proletários não ficarão passivamente a ver a burguesia bem armada disparar sobre os operários mal providos ou completamente desprovidos de armas. Pegarão na espingarda, como em 1871, e, das nações aterrorizadas de hoje — ou melhor, mais exactamente, do movimento operário de hoje, mais desorganizado pelos oportunistas do que pelos governos — surgirá sem dúvida alguma, mais tarde ou mais cedo,

mas infalivelmente, uma aliança internacional de “nações terríveis” do proletariado revolucionário.

A militarização invade actualmente toda a vida social. O imperialismo é uma luta porfiada das grandes potências pela partilha e repartilha do mundo: tem, por conseguinte, a militarização de alastrar a todos os países neutros e às nações pequenas. Como reagirão as mulheres dos proletários? Limitar-se-ão a maldizer todas as guerras e tudo o que é militar, a reclamar o desarmamento? Jamais as mulheres duma classe oprimida verdadeiramente revolucionária se contentarão com um papel tão vergonhoso. Dirão aos filhos: “Vais ser grande. Vão-te dar uma espingarda. Pega nela e aprende o ofício das armas como deve ser. É uma ciência indispensável aos proletários, não para dispararem sobre os seus irmãos, sobre os operários doutros países, como é o caso na guerra actual e como te aconselham os traidores ao socialismo, mas para lutar contra a

burguesia do teu próprio país, para pôr termo à exploração, à miséria e às guerras, não fazendo votos piedosos, mas triunfando sobre a burguesia e desarmando-a.”

Se nos recusamos a fazer esta propaganda, exactamente **esta** propaganda no contexto da guerra actual, mais vale abstermo-nos completamente das grandes frases sobre a social-democracia revolucionária, a revolução socialista e a guerra à guerra.

- III -

Os adeptos do desarmamento pronunciam-se contra o ponto do programa relativo ao “armamento do povo”, afirmando, entre outras razões, que tal reivindicação aumentaria o risco de concessões ao oportunismo. Acabámos de examinar o aspecto mais importante da questão: a relação entre desarmamento, por um lado, e luta de classes e revolução social, por outro. Olhemos agora para a relação entre a reivindicação do desarmamento e o oportunismo. Uma das principais razões que militam contra esta reivindicação é que as ilusões que ela alimenta enfraquecem e debilitam fatalmente a nossa luta contra o oportunismo. (...) Em todos os grandes países, este manifesta-se em duas gradações: a primeira é o social-imperialismo confesso, cínico e, conseqüentemente, menos perigoso (...) a segunda é o social-chauvinismo camuflado, kautskista. (...)

O oportunismo confesso é aberta e claramente contra a revolução e contra os movimentos e explosões revolucionárias que começam a ocorrer; alia-se directamente aos governos, por muito variadas que sejam as formas que essa aliança tome, desde entrar nos gabinetes ministeriais a participar nos comités das indústrias de guerra (na Rússia). Os oportunistas camuflados, os kautskistas, são muito mais perniciosos e perigosos para o movimento operário, porque, para defender a sua aliança com os oportunistas da primeira variante, se entrincheiram atrás de

argumentos especiosos feitos de frases sonoras pseudo-“marxistas” e palavras de ordem pacifistas. A luta contra estas **duas** formas do oportunismo dominante deve-se travar em todo os terrenos da política proletária: Parlamento, sindicatos, greves, domínio militar, etc. A característica essencial destas duas formas do oportunismo dominante é que a questão concreta da **relação entre a guerra actual e a revolução, bem como as outras questões concretas da revolução**, são silenciadas, escamoteadas ou tratadas com a preocupação de não infringir as proibições policiais. Isto, apesar de, antes da guerra, termos realçado com frequência, de maneira não oficial e, oficialmente, no Manifesto de Basileia, o vínculo que existe, exactamente, entre **esta** guerra, que, na altura, apenas se anunciava, e a revolução proletária. Mas a lacuna essencial da reivindicação de derramamento é que ela ilude todas as questões concretas da revolução. A não ser que os adeptos do desarmamento contemplem um género totalmente novo de revolução: a revolução sem armas?

Continuemos. Somos tudo menos adversários da luta por reformas. Não pretendemos ignorar a triste eventualidade que ameaça o género humano — indo para o pior dos casos —, a de conhecer uma segunda guerra imperialista se a revolução não surgir da actual guerra, apesar das numerosas explosões devidas à efervescência e ao descontentamento das massas, e malgrado os nossos esforços. Somos adeptos de um programa de reformas que se dirija **também** contra os oportunistas. Estes ficariam todos contentes se vissem que abandonávamos ao seu cuidado a luta pelas reformas e se, fugindo à triste realidade, nos refugiássemos além das nuvens, nos cumes de um vago “desarmamento”. O “desarmamento” é justamente fuga à deplorável realidade, não maneira alguma de a combater.

Em tal programa, o que nós diríamos seria mais ou menos o seguinte: “A palavra de ordem e

a aceitação da defesa da pátria na guerra imperialista de 1914-16 não passa de corrupção do movimento operário por uma mentira burguesa”. Esta resposta concreta a perguntas concretas seria, no ponto de vista teórico, mais correcta, muito mais útil ao proletariado e mais intolerável para os oportunistas do que a reivindicação de desarmamento e o repúdio de “qualquer forma” de defesa da pátria. Poderíamos acrescentar ainda: “A burguesia de todas as grandes potências imperialistas, da Inglaterra, de França, da Alemanha, da Áustria, da Rússia, da Itália, do Japão, dos Estados Unidos, passou a ser de tal modo reaccionária, de tal modo animada pelo desejo de dominar o mundo, que **guerras que partam da burguesia desses países** só podem ser reaccionárias. O proletariado não só deve opor-se a todas as guerras deste jaez, deve inclusive desejar a derrota do “seu” governo nessas guerras e tirar proveito delas para desencadear uma insurreição revolucionária — caso a insurreição para impedir a guerra não tenha dado resultado.”

Acerca da milícia, devíamos dizer: não somos pela milícia burguesa, mas por uma milícia proletária. Por conseguinte, “nem um tostão, nem um homem” não só para o exército permanente, como também para a milícia burguesa, mesmo em países como os Estados Unidos ou a Suíça, a Noruega, etc. Tanto mais que, nas repúblicas mais livres (por exemplo, na Suíça), se assiste à prussianização crescente da milícia, principalmente em 1907 e 1911, e à sua substituição, à mobilização da tropa contra os grevistas. Podemos reclamar que os oficiais sejam eleitos pelo povo, que a justiça militar seja abolida, que os operários estrangeiros tenham os mesmos direitos que os do país (ponto particularmente importante em Estados imperialistas como a Suíça, que exploram cada vez mais desavergonhadamente um número de operários estrangeiros que não pára de aumentar, sem lhes conceder nenhum direito); mais o direito de, digamos, cada

● TEORIA

»» centena de habitantes de um dado país formar associações livres para o estudo da arte militar, elegendo livremente os seus instrutores, ficando a remuneração destes a cargo do Estado, etc. Só nessas condições poderia o proletariado estudar a arte militar realmente por **sua própria conta** e não em proveito de quem o escraviza; estudo esse que, incontestavelmente, responde aos interesses do proletariado. A revolução russa demonstrou que os êxitos, mesmo parciais, do movimento revolucionário, por exemplo a conquista de uma cidade, de um subúrbio industrial, de uma parte do exército, **obrigarão** inevitavelmente o proletariado vitorioso a aplicar precisamente um programa desta natureza.

É, por fim, evidente que não é limitando-nos a redigir programas que podemos lutar contra o oportunismo, mas unicamente encarregando-nos, constantemente, de os pôr em prática. O mais grave erro, o erro fatal da falida IIª Internacional foi que os seus actos não correspondiam às suas palavras, que se lhe foi inculcando o hábito da hipocrisia e das grandes frases revolucionárias debitadas sem escrúpulos (é ver a atitude actual de Kautsky e companhia para com o Manifesto de Basileia). A ideia do desarmamento, nasceu, evidentemente, enquanto ideia social — isto é, ideia engendrada em condições sociais determinadas, susceptível de impacto num dado meio social, não de ficar como mera fantasia pessoal —, das condições de existência específicas, excepcionalmente “tranquilas”, que são características de vários pequenos Estados que se mantiveram por bastante tempo à margem da sangrenta via mundial das guerras e esperam perpetuar essa situação. Para disso se

convencer, basta, por exemplo, analisar a argumentação dos adeptos noruegueses do desarmamento: “Somos uma pequena nação; o nosso exército é insignificante; nada podemos contra as grandes potências” (e, assim, somos igualmente incapazes de resistir a uma integração à força numa **aliança** imperialista com este ou aquele grupo de grandes potências)... “Queremos ficar sossegados no nosso cantinho e prosseguir uma política para a nossa paróquia, exigindo o desarmamento, a arbitragem obrigatória, a neutralidade permanente, etc. (tão “permanente”, imagina-se, como a neutralidade belga?).

A tacaña tendência dos pequenos Estados para se porem à margem, o desejo pequeno-burguês de ficar o mais longe possível das grandes batalhas da história mundial, de usar uma situação de monopólio que os deixa praticamente paralisados numa passividade rotineira, tal é a situação social **objectiva** capaz de assegurar à ideia de desarmamento um certo êxito e uma certa difusão em diversos pequenos Estados. É, obviamente, uma tendência reaccionária, que assenta integralmente em ilusões, porquanto o imperialismo arrasta os pequenos Estados, seja lá como for, no turbilhão da economia e da política mundiais.

A situação da Suíça, por exemplo, no mundo imperialista impõe objectivamente **duas** linhas ao movimento operário do país: os oportunistas, aliados à burguesia, tentam fazer da Suíça uma federação republicana democrática, monopolizando os benefícios do turismo burguês das nações imperialistas; esforçam-se por se servir o mais proveitosa e pacificamente possível dessa situação de “sossegado” monopólio.

Os verdadeiros sociais-democratas da Suíça esforçam-se por se servir da liberdade relativa e da situação “internacional” do país para ajudar a estreita aliança formada pelos elementos revolucionários dos partidos operários europeus a vencer. A Suíça não fala, graças a Deus, a “sua própria” língua, mas três línguas mundiais, que são precisamente as dos países beligerantes limítrofes.

Se os vinte mil membros do partido suíço contribuíssem com dois cêntimos por semana, a título de “imposto extraordinário de guerra”, nós teríamos vinte mil francos por ano, mais do que o necessário para, apesar das proibições dos estados-maiores gerais, difundir periodicamente, em três línguas, entre os operários e soldados dos países beligerantes, todo o género de publicações que dissessem a verdade sobre a efervescência que se começa a manifestar entre os operários, sobre as confraternizações nas trincheiras, sobre a esperança que eles nutrem de usar as armas, de maneira revolucionária, contra a burguesia imperialista dos seus “próprios” países, etc. (...)

A questão que por agora nos interessa é saber se a reivindicação de desarmamento responde à tendência revolucionária que existe entre os sociais-democratas suíços. É evidente que não. Objectivamente, o “desarmamento” é um programa tipicamente, especificamente nacional de pequenos Estados; em nada é o programa internacional da social-democracia revolucionária internacional. ●

* General do exército versalhês que ficou conhecido como carrasco da Comuna de Paris pelo furor com que exterminou os comuneiros de Paris em 1871.

Socialism on Trial (O processo do socialismo, excertos)

Socialism on trial é a transcrição da acta estenografada oficial do processo intentado, em 1941, pelos Estados Unidos da América a vinte e oito dirigentes do Socialist Workers Party (SWP) e do sindicato local de camionistas de Minneapolis. Os Estados Unidos preparam-se para entrar na guerra. As organizações sindicais são instadas a abandonar a actividade independente de defesa dos interesses dos trabalhadores e a apoiar a política do presidente Roosevelt. No seguimento de um golpe montado conjuntamente por responsáveis sindicais ligados ao Partido Democrático e pelo próprio presidente Roosevelt, um júri federal decide inculpar vinte e oito dirigentes e militantes do SWP. Estes são acusados, nomeadamente, «de se pronunciarem pelo derrube do governo pela força» e de «propaganda pela insubordinação nas forças armadas».

O processo começa no dia 27 de Outubro de 1941 no tribunal do distrito federal de Minneapolis. Concluiu-se com a condenação de dezoito dos acusados. **James P. Cannon** proferiu uma defesa política, em nome do SWP.

– **Qual foi o objectivo fundamental que o congresso, o congresso de fundação do Socialist Workers**



James P. Cannon

Party, adoptou para o partido?

(...)

Eu diria que o objectivo fundamental do partido, tanto na época como agora, é popularizar as doutrinas do socialismo marxista e ajudar e dirigir o trabalho de transformação da sociedade, de uma base capitalista para uma base comunista.

– **Indique-nos o significado do termo socialismo.**

Socialismo pode ter dois significados, e, para nós, tem-nos habitualmente a ambos. Socialismo é o nome dado a uma nova forma de sociedade que se projecta e é também o nome dado ao movimento que trabalha nesse sentido.

– **Que natureza tem esse projecto de sociedade?**

Nós temos em vista uma sociedade assente na propriedade colectiva dos meios de produção, na eliminação do lucro privado nos meios de produção, na abolição do sistema do salariado e na abolição da divisão da sociedade em classes.

– **No contexto de um governo cujo objectivo seja instaurar tal sociedade, como definiria a finalidade do Socialist Workers Party?**

Fixámo-nos como objectivo instaurar um governo operário e

camponês que substitua o governo vigente, que qualificamos de governo capitalista. A tarefa de tal governo seria organizar e controlar a transição da sociedade da sua base capitalista para a base do socialismo.

– **O que quer dizer com «governo capitalista»,?**

Queremos dizer um governo que surge de uma sociedade assente na propriedade privada da riqueza do país e dos meios de produção pelos capitalistas e que representa, de modo geral, os interesses dessa classe.

– **E, em contraposição a esse governo, propõe que se instaure um governo operário e camponês?**

Sim, propomos, em vez do governo capitalista, um governo operário e camponês que represente abertamente os interesses económicos e sociais dos trabalhadores e dos camponeses produtores. (...)

– **Bom, qual é a opinião dos marxistas sobre a mudança da ordem social, sobre saber se ela será acompanhada ou não de violência?**

É opinião de todos os marxistas que será acompanhada de violência.

– **Porquê?**

Isso, como toda a doutrina marxista, baseia-se no estudo da história, nas experiências históricas da humanidade durante as numerosas mudanças de uma forma de sociedade para outra, nas revoluções que as acompanharam e na resistência que as classes dominantes historicamente ultrapassadas invariavelmente opuseram à nova ordem. Do elas tentarem defender-se contra a nova ordem ou suprimir pela violência o movimento pela nova ordem tem resultado que cada transformação social importante até hoje ocorrida fosse acompanhada de violência.

● TEORIA

»»» – *Quem, na opinião dos marxistas, esteve na origem dessa violência?*

Sempre a classe dominante; sempre a classe historicamente ultrapassada, que não quer sair de cena quando chega a sua hora. Eles agarram-se aos seus privilégios, tentam reforçá-los com medidas violentas contra a maioria emergente e deparam-se com a violência de massas da nova classe que a história determinou que deva aceder ao poder.

– *Qual é a opinião dos marxistas sobre conquistar a maioria do povo para as ideias socialistas?*

Sim, esse é efectivamente o objectivo do partido. É o objectivo do movimento marxista, sempre foi desde que começou. Marx dizia que a revolução social do proletariado – creio poder citar de memória as suas palavras exactas – «*é um movimento da imensa maioria em benefício da imensa maioria*». Disse-o para estabelecer a distinção com revoluções anteriores, que se haviam feito em benefício de minorias, como foi o caso em França em 1789.

– *O que diria ser a opinião dos marxistas sobre ser desejável uma transição pacífica?*

A posição dos marxistas é que o método mais económico e preferível, o método mais desejável de transformação social seria, garanto-lhe, consegui-la realizar pacificamente.

– *E isso, na opinião dos marxistas, é absolutamente impossível?*

Bem, eu não diria que é absolutamente impossível. O que dizemos é que as lições da história não nos dão nenhum exemplo significativo que vá ao encontro dessa ideia, que nos permita contar com ela.

– *Pode dar-nos exemplos na história americana de uma minoria que se tenha recusado a submeter-se à maioria?*

Posso-lhe dar um exemplo muito importante. A concepção dos marxistas é que, mesmo que a transferência do poder político dos capitalistas para o proletariado se faça pacificamente, a minoria, a classe dos exploradores capitalistas, revoltar-se-á contra o novo regime, independentemente da legalidade da sua instauração.

Posso-lhe dar um exemplo da história americana. A Guerra Civil Americana resultou de que os escravagistas do Sul não puderam aceitar a vitória parlamentar legal do capitalismo do Norte, a eleição do presidente Lincoln.

(...)

– (...) *Qual é a posição do Partido Socialista dos Trabalhadores sobre a questão de defender a revolução violenta?*

Não, tanto quanto sei, não há, entre os mais representativos mestres do marxismo, nenhuma autoridade que defenda a revolução violenta. Se houver a possibilidade de uma revolução pacífica que registe a vontade da maioria do povo, afigura-se-me perfeitamente absurdo rejeitá-la, até porque, se não tivermos o apoio da maioria do povo, nem sequer seremos capazes de levar uma revolução à vitória.

– *Explique a frase que leio na página 6 da Declaração de Princípios, que é a prova da acusação com o nº 1: «A crença de que, num país como os Estados Unidos, vivamos numa sociedade livre e democrática, em que a economia pode ser fundamentalmente mudada pela via da persuasão, da educação e por métodos legais e estritamente parlamentares, é uma ilusão.»*

É o que eu disse anteriormente, ou seja, que consideramos que os trabalhadores se iludem se pensarem que a violência da classe dominante não será usada contra eles enquanto eles se esforçam por organizar a maioria do povo. (...)

– *Sr. Cannon, poderia explicar-nos a posição do Socialist Workers Party sobre as causas da guerra moderna?*

As guerras modernas, na opinião do nosso partido, são causadas pelo conflito entre nações imperialistas por mercados, colónias, fontes de matérias-primas, campos de investimento e esferas de influência.

– *O que quer dizer com «imperialista», Sr. Cannon?*

As nações capitalistas que, directa ou indirectamente, exploram outros países.

– *Qual é a posição do partido sobre a inevitabilidade das guerras no sistema capitalista?*

Enquanto o sistema capitalista subsistir, e, com ele, as condições que mencionei, que decorrem automaticamente do funcionamento do sistema capitalista e imperialista, serão inevitáveis guerras, guerras periódicas.

– *E pode a oposição de alguém à guerra, incluindo a do Socialist Workers Party, impedir guerras no sistema capitalista?*

Não. O nosso partido sempre afirmou que é impossível impedir guerras sem abolir o sistema capitalista que as gera. É eventualmente possível adiar uma guerra por algum tempo, mas, em última análise, é impossível impedir as guerras enquanto subsistir este sistema e os seus conflitos entre nações imperialistas. (...)

– *Qual é a posição do partido em relação a uma guerra que ele defina como guerra imperialista?*

O nosso partido é invariavelmente contra todas as guerras imperialistas.

– *E qual é o significado dessa oposição às guerras imperialistas?*

Queremos dizer com isso que não apoiamos nenhuma guerra imperialista. Não votamos a favor dela; não votamos em ninguém que a promova; não falamos a seu

favor; não escrevemos a seu favor. Somos contra ela.

– Como se opõe o Socialist Workers Party à ideia da entrada dos Estados Unidos na guerra?

Fazemos o que qualquer partido político faz para promover as suas ideias sobre qualquer assunto de política externa. Escrevemos no jornal contra ela; falamos contra ela; tentamos, em todas as organizações a que temos acesso, criar um movimento de opinião pela aprovação de resoluções contra a guerra. Se tivéssemos membros no Congresso, eles falariam no Congresso, no Senado, contra ela. De um modo geral, levamos a cabo agitação política pública contra a entrada dos Estados Unidos na guerra e contra todas as medidas, sejam elas tomadas pelo executivo ou pelo Congresso, que, no nosso ponto de vista, levem à participação activa na guerra.

– O que quer dizer com «activa»?

Por exemplo, todas essas medidas que têm sido tomadas, que põem os Estados Unidos, de facto, em guerra, sem declaração formal. (...)

– Se os Estados Unidos entrassem no conflito europeu, que forma assumiria a oposição do partido à guerra?

Manteríamos a nossa oposição.

– Que é qual?

Ou seja, não passaríamos a apoiar a guerra, mesmo depois da declaração de guerra. Ou seja, continuaríamos a ser um partido político de oposição no que concerne à questão da guerra, como a outras questões.

– Não apoiariam a guerra?

(...) Na medida em que os nossos direitos nos fossem mantidos, manifestaríamos a nossa oposição à guerra como política errada que deveria ser alterada, da mesma forma que, na nossa opinião, outros partidos poderiam opor-se à política externa do governo em tempo de guerra, tal

como Lloyd George, por exemplo, se opôs à guerra dos Boers em declarações públicas e discursos. Ramsay MacDonald, que mais tarde se tornou primeiro-ministro de Inglaterra, opôs-se à política da Inglaterra durante a guerra mundial de 1914-1918. Temos o nosso ponto de vista, que é diferente do ponto de vista das duas figuras políticas que acabei de citar, e, contanto que nos fosse permitido exercer os nossos direitos, continuaríamos a escrever e a falar a favor de uma política externa diferente para a América.

– O partido tomaria medidas práticas, por assim dizer, para mostrar a sua oposição à guerra ou a sua recusa em apoiá-la?

Medidas práticas em que sentido?

– Tentaria o partido sabotar a condução da guerra de alguma forma?

Não. O partido pronunciou-se claramente contra a sabotagem. Somos contra a sabotagem.

– O que é isso... o que quer dizer com sabotagem?

Obstruir o funcionamento das indústrias, dos transportes ou das forças militares. O nosso partido nunca, em momento algum, tomou posição a favor da obstrução ou sabotagem das forças armadas em tempo de guerra.

– Pode explicar-nos as razões?

Bem, enquanto somos minoria, não temos outro remédio senão submeter-nos à decisão tomada. Tomou-se uma decisão, que é aceite pela maioria do povo, de entrar em guerra. Os nossos camaradas têm de se conformar com isso. E, no caso de serem mobilizáveis, têm de aceitar a mobilização, tal como o resto da sua geração, e cumprir o dever que lhes é imposto, até ao dia em que conseguirem convencer a maioria de uma política diferente.

– Então, essencialmente, a vossa oposição durante uma

guerra seria do mesmo tipo da vossa oposição antes da guerra?

Oposição política. É disso que estamos a falar.

– O partido alguma vez aconselhou, ou aconselha agora, os seus membros, ou simpatizantes, ou trabalhadores com quem entra em contacto, a provocar insubordinação nas forças armadas ou nas forças navais dos Estados Unidos?

Não.

Sr. G. – Pode explicar-nos porquê?

Fundamentalmente, a razão é a que acabei de dar. Um partido político sério, que tem como seu objectivo uma transformação social da sociedade – o que só é possível com o consentimento e o apoio da grande massa da população –, um partido assim não pode tentar, enquanto for minoritário, obstruir a execução das decisões da maioria. Promovendo sabotagem ou insubordinação, rompendo a disciplina, etc., um partido desacreditaria-se e destruiria a possibilidade de convencer o povo, além de isso ser completamente ineficaz para conseguir o que quer que seja.

– Poderia explicar as razões pelas quais o partido não apoiaria uma guerra conduzida pelo actual governo dos Estados Unidos?

De modo geral, não temos nenhuma confiança no grupo capitalista dominante neste país. Não lhes damos qualquer apoio porque não acreditamos que eles possam ou queiram resolver os problemas sociais fundamentais que é preciso resolver para salvar a civilização do naufrágio

Acreditamos que a transição social necessária para passar do actual sistema capitalista para a ordem, muito mais eficiente, do socialismo só se pode realizar sob a direcção dos trabalhadores. Os trabalhadores têm que se organizar independentemente dos partidos políticos capitalistas. Têm que organizar um

● TEORIA

» grande partido que seja seu, desenvolver um partido independente da classe trabalhadora que seja seu e opor-se à política dos partidos capitalistas, chamem-se eles Democratas ou Republicanos ou outra coisa qualquer.

– Como consideraria uma guerra iniciada pelo actual governo dos Estados Unidos?

Considerá-la-ia uma guerra capitalista.

– Porquê?

Porque a América é hoje uma nação capitalista. Ela só é diferente das outras porque é mais forte e maior do que as outras. Não acreditamos na política capitalista. Não queremos conquistar colónias. Não queremos derramamento de sangue para gerar lucros para o capital americano.

– Qual é a posição do partido sobre a afirmação de que a guerra contra Hitler é uma guerra da democracia contra o fascismo?

Dizemos que isso é um subterfúgio, que o conflito entre o imperialismo americano e o imperialismo alemão é um conflito pelo domínio do mundo. É absolutamente verdade que Hitler quer dominar o mundo, mas achamos que também é verdade que o grupo dirigente dos capitalistas americanos tem a mesma ideia, e não somos a favor nem de um nem do outro.

Não achamos que as Sessenta Famílias que são proprietárias da América queiram ir para a guerra por causa de algum princípio sagrado de democracia. Achamos que eles são os maiores inimigos da democracia, aqui, no nosso país. Achamos que eles só iriam aproveitar a oportunidade de uma guerra para eliminar todas as liberdades civis internas e impor a melhor imitação possível do fascismo que conseguirem.

– Qual é a posição do partido em relação a qualquer inimigo capitalista dos Estados Unidos, como a Alemanha ou a Itália?

Não somos pró-alemães. Não

nos interessa em absoluto o sucesso de nenhum dos inimigos imperialistas dos Estados Unidos.

– Em caso de conflito entre os Estados Unidos e a Alemanha, a Itália ou o Japão, qual seria a posição do partido em relação à vitória ou derrota dos Estados Unidos contra os seus inimigos imperialistas?

Bem, certamente não somos a favor da vitória do Japão ou da Alemanha, ou de qualquer outra potência imperialista, sobre os Estados Unidos.

– Então, é verdade que o partido se opõe igualmente tanto a Hitler quanto às ambições capitalistas dos Estados Unidos?

Incontestavelmente. Consideramos Hitler e o hitlerismo como o maior inimigo da humanidade. Queremos varrê-lo da face da Terra. A razão pela qual não apoiamos uma declaração de guerra pelas armas americanas é que não acreditamos que os capitalistas americanos possam derrotar Hitler e o fascismo. Pensamos que o hitlerismo só pode ser destruído por uma guerra dirigida pelos trabalhadores. (...)

– Pode passar a explicar o que é aquilo a que chamam a política militar do partido?

A política militar do partido foi inscrita nas decisões da conferência de há um ano, em Setembro de 1940. Nessa altura, convocámos uma conferência especial do partido, em conjunto com uma reunião plenária da mesa nacional, para estudar esta questão específica, ou seja, a nossa atitude em relação ao recrutamento militar e à evolução futura da situação de guerra; aprovámos uma resolução que, em substância, diz o seguinte:

Ponto 1. A partir do momento em que o recrutamento militar obrigatório foi aprovado na lei, e uma vez que é lei, refiro-me ao Selective Service Act, todos os membros do partido devem cumpri-lo, devem alistar-se e não impedir o alistamento de outros. Pelo contrário, o partido opõe-se

à posição de grupos como os objectores de consciência. Embora admirando a coragem e o alto nível de integridade para fazer o que os objectores de consciência fizeram, temos escrito contra a política deles, referindo ser errado indivíduos recusarem o alistamento quando a grande massa da sua geração vai para a guerra. No que nos diz respeito, se a jovem geração de trabalhadores americanos vai para a guerra, os membros do nosso partido vão com eles e com eles partilham todos os perigos, provações e experiências.

Ponto 2. A nossa resolução diz que os nossos camaradas devem ser bons soldados, da mesma forma que dizemos a um camarada numa fábrica que ele deve ser o melhor sindicalista e o melhor mecânico para ganhar a confiança e o respeito dos seus companheiros. Dizemos que, no serviço militar, ele deve ser o melhor soldado; deve ser o mais eficaz no uso das armas a que seja adstrito e submeter-se à disciplina e preocupar-se com o bem-estar dos seus camaradas de armas, assim conseguindo o respeito e a confiança deles. (...)

– Houve outros pontos, discutidos e aprovados nessa conferência, relacionados com a política militar do partido?

Sim. Decidimos a favor da ideia do serviço militar obrigatório, do treino militar universal. Isto parte da ideia de que, actualmente, o mundo inteiro está em armas, de que todas as decisões são hoje tomadas pelas armas ou sob a ameaça das armas. Numa situação como esta temos de reconhecer que os trabalhadores também se têm de treinar na arte militar. Somos a favor do treino militar universal, nos termos da nossa decisão oficial; mas não somos a favor, ou seja, não apoiamos politicamente o método que é actualmente utilizado pelo governo capitalista.

Propomos que os trabalhadores recebam treino militar em campos especiais, sob a direcção dos sindicatos; que o governo afecte parte dos seus orçamentos militares ao equipamen-

to desses campos com as armas, materiais e instrutores necessários, mas ficando os campos sob a tutela dos sindicatos.

Também deve haver campos especiais, sob tutela sindical, de treino de trabalhadores para oficiais. Devem afectar-se verbas do Estado a esse fim, para criar condições para eliminar um dos maiores defeitos e fontes de insatisfação do actual aparelho militar, o abismo que separa o soldado operário ou camponês e o oficial proveniente de outra classe, que não compreende os problemas do soldado e não tem uma atitude correcta para com ele.

Consideramos que os trabalhadores têm o direito de ter oficiais saídos das suas fileiras, que eles tenham aprendido a respeitar no seu trabalho e luta comum, como chefes de piquetes, dirigentes sindicais, homens que se tenham distinguido nos assuntos das organizações operárias e saídos da base trabalhadora.

Esses homens estariam, como oficiais, muito mais preocupados com o bem-estar dos soldados rasos do que um universitário formado em Harvard ou Yale, que nunca viu uma fábrica nem se cruzou com operários e os considerava seres inferiores. Esse é, eu diria, o cerne das nossas propostas no plano militar, o cerne da nossa política militar.

– Qual é a posição do partido em relação aos direitos civis dentro do exército?

Também defendemos os direitos dos soldados como cidadãos. Não concordamos com a ideia de que, quando se retira um milhão e meio de jovens da vida civil, eles deixem de ter os seus direitos de cidadãos. Achamos que eles devem manter todos os seus direitos de cidadãos. Devem ter o direito de apresentar petições ao Congresso; devem ter o direito de voto; devem ter o direito de eleger comissões para apresentar as suas queixas; devem ter o direito de eleger os seus próprios oficiais, pelo menos os oficiais subalternos; e,

em geral, devem ter os direitos democráticos dos cidadãos, defendemos isso. Defendemos legislação que confira esses direitos aos soldados e elimine o actual quadro militar, que é ineficaz. (...)

– Pode dizer ao tribunal e ao júri qual é a posição do Socialist Workers Party sobre as guardas de defesa dos trabalhadores?

Bem, o partido é a favor de os trabalhadores organizarem guardas operárias em todos os locais onde as suas organizações ou reuniões sejam ameaçadas pela violência de arruaceiros. Os trabalhadores não podem permitir que as suas reuniões sejam dispersadas, que os seus locais sejam vandalizados, que o seu trabalho perturbado pelo Ku Klux Klan, pelos Silver Shirts (Camisas Prateadas), por fascistas de todo o tipo, arruaceiros ou jagunços reaccionários; têm de organizar um serviço de ordem e proteger-se sempre que necessário. (...)

– E vocês procurarão usar a guerra, durante a guerra, para destruir a actual forma de governo, não é verdade?

Bem, não é segredo para ninguém que queremos mudar esta forma de governo.

– E vocês desejam, não é verdade, que a guerra que se aproxima seja o momento em que poderão realizar isso?

Sim, penso que a guerra que se aproxima irá, sem dúvida, enfraquecer os governos imperialistas de todos os países.

– Disse, creio eu, que não apoiaria a guerra? Não é a favor da defesa nacional, pois não?

Não a favor da defesa dos países imperialistas, não.

– Estou a falar deste país.

Sou cem por cento a favor da defesa deste país pelos nossos próprios meios, mas não sou a favor da defesa dos governos imperialistas do mundo...

– Estou a falar do governo dos Estados Unidos, que foi constituído constitucionalmente. Não é a favor da sua defesa, certo?

Não no sentido político, não.

– Não é a favor em nenhum sentido, certo?

Expliquei outro dia que, se a maioria do povo decidir pela guerra e participar na guerra, os nossos militantes e as pessoas que estão sob a nossa influência também participarão na guerra.

Não sabotaremos a guerra, não a obstruiremos, mas continuaremos a propagar as nossas ideias, apelando ao fim da guerra e à mudança de governo. (...)

– Gostaria de perguntar se o que vou ler agora não significa que vocês querem fomentar e levar a cabo uma guerra civil. É retirado da brochura Estão prontos para a guerra? publicada pela IVª Internacional, a Young People Socialist League (Liga Socialista da Juventude):

«Somos a favor da transformação da guerra imperialista em guerra civil? Foi assim que os trabalhadores russos garantiram a paz em 1917, enquanto os seus irmãos de outros países continuavam a lutar sob o jugo do imperialismo. É a única forma de alcançar uma paz permanente e erradicar a guerra da face da Terra.»
«Isso não significa que vocês pretendem fomentar e tentar deliberadamente conduzir à guerra civil durante o período de guerra que se aproxima?»

Estão a amadurecer as condições para o desenvolvimento de um movimento revolucionário em tempo de guerra. Mantemos a nossa oposição ao sistema imperialista, ao regime imperialista, e tentamos avançar na direcção do socialismo. Não há dúvida de que é esse o objectivo do nosso partido. (...)

● TEORIA

»»» – (...) *Querem que os vossos membros, quando forem recrutados para o serviço militar, preguem as vossas doutrinas aos outros soldados do exército e, assim, os defendam contra a exploração militar por parte dos oficiais seus comandantes? Isto não é uma exposição clara do que isso significa?*

O nosso partido defende os direitos dos soldados rasos, o seu direito democrático a um tratamento decente, o seu direito a exprimirem as suas opiniões e apresentarem petições ao Congresso, elegerem os seus oficiais, pelo menos os oficiais subalternos, e, em geral, o seu direito à protecção contra os maus-tratos do capitalismo. (...)

– *E acredita que os seus militantes podem propagar esse tipo de palermices no exército sem prejudicar o esforço militar?*

Sim, acredito. Penso que, na verdade, quanto mais os direitos e sentimentos dos soldados rasos forem levados em consideração, melhor será a vida militar. Toda essa concepção do militarismo baseada em soldados rasos sem o direito de se organizarem e com uma disciplina arbitrária imposta de cima, sem nenhuma expressão de opinião ou consideração pelos sentimentos das massas, somos tão contra isso no exército quanto nas fábricas ou na vida civil. (...)

O Socialist Appeal, de 30 de Março de 1940, publicou uma nota editorial no Fórum dos Trabalhadores que diz: «Alistar-se e entrar no exército é necessário para o nosso trabalho.» O que quer dizer com isso?

Há outra frase relacionada?

– *Isto foi tirado da prova 215-A. O Sr. Smith vai procurar. Enquanto o Sr. Smith faz a pesquisa, vou interrogá-lo sobre isto, publicado no Socialist Appeal de 29 de Junho de 1940, um artigo intitulado Enlistment Lag Forces Compulsion: «Até lá, os*

trabalhadores que se lembrem disto: quando forem recrutados, não desperdicem o tempo que vão passar no exército. Aprendam tudo o que puderem sobre treino militar, para que, quando chegar a altura, possam usar esse treino no interesse do movimento operário.» «O que querem dizer com isto?

Queremos dizer que quanto mais os trabalhadores forem treinados, aprenderem táticas e acções militares, mais serão capazes de defender o seu regime socialista contra as tentativas da minoria reaccionária para derrubá-lo.

– *Aqui está o contexto da nota editorial no Fórum dos Trabalhadores de 30 de Março de 1940: «Seguimos Lenin; opomo-nos à guerra, não com palavras, mas como parte integrante da nossa batalha pelo derrube do capitalismo. Alis-*

tar-se e entrar no exército é necessário para o nosso trabalho.»

Se os nossos militantes, ou as pessoas que influenciámos, se recusassem a aceitar o recrutamento, a única coisa que conseguiriam seria simplesmente isolarem-se da geração que vai decidir as coisas no futuro, e tais acções individuais ou minoritárias são completamente erradas e incompatíveis com os objectivos de um partido que só pode realizar o seu programa com o apoio da maioria.

É por isso que nos opomos aos objectores de consciência e aos refractários ao serviço militar obrigatório. Opomo-nos a todos aqueles que tentam erguer-se como indivíduos contra a maioria. A nossa política é submeter-nos à decisão da maioria, mas opor-nos a ela em todas as nossas actividades políticas, manifestar-nos contra ela. (...) ●

Our Own Kind of Military Training!



“Treino militar à nossa modal!”. Cartaz do SWP pela formação militar sob direcção das organizações sindicais

Alemanha: “Não alinhamos no vosso serviço militar”

A juventude mobiliza-se, organiza-se, forma comités de greve para preparar a próxima greve escolar de 5 de Março!

Artigo publicado no nº 115 da *Freie Plattform für Arbeiterpolitik* (14 de Janeiro de 2026)

“**F**açam as vossas guerras – sem nós!” lia-se no pequeno cartaz pintado à mão de uma estudante do secundário, no dia 5 de Dezembro, em Düsseldorf. Ela tem toda a razão! Esta guerra não é a guerra da juventude. A juventude não quer matar a juventude de outros países em nome dos interesses dos fabricantes de armamento e do imperialismo (alemão).

Em mais de noventa cidades, cerca de 60 mil estudantes e jovens manifestaram o seu protesto contra a decisão do governo Merz.

Muita gente mais velha se juntou às manifestações, apoiando os jovens. Em toda a parte, de Munique a Hamburgo, de Berlim a Düsseldorf, isso foi bem recebido pelos estudantes: «Que bom que vocês, os mais velhos, nos apoiem!» Em muitas cidades, professores organizados no sindicato dos professores, o GEW, participaram, alguns com as suas turmas. Isto, apesar da repressão, por vezes em grande escala, chegando a irradiações, suspensão de aulas ou realização de provas durante as manifestações. É a «razão de Estado» a negar à juventude o direito a decidir do seu próprio futuro.

Neste contexto, foi sinal importante o GEW de Berlim ter apelado à manifestação. Não é, na verdade, uma questão meramente dos jovens, agora destinados a carne para canhão e, no mais, escarnecidos pela comuni-

cação social como geração «sem pachorra». Não: a luta pela revogação dos «planos de serviço militar obrigatório» dos governos é uma causa da juventude unida, ao lado dos trabalhadores, internacionalmente e além-fronteiras.

Enquanto a juventude desfilaria nas ruas e praças, no dia 5 de Dezembro, a maioria CDU/CSU¹ e SPD² aprovava no Bundestag a «Lei de Modernização do Serviço Militar». Uma lei que concentra toda a resistência da juventude! O partido de extrema-direita AfD, em parte fascista, e os Verdes votaram contra a lei com «argumentos» extraordinários: porque, segundo a AfD, «os soldados que vêm por causa do pré não têm base sólida para servir. (...) Opõe-se-lhe o soldado que serve por convicção. É o soldado alemão, que sabe pelo que luta, que carrega dentro de si o vínculo interior, o defensor nato do seu país, da comunidade de destino alemã». Os Verdes rejeitam-na por abranger apenas os homens jovens e não «todas as gerações e todos os géneros». O «ministro da Defesa», Pistorius, declarou, com sumo cinismo, ao apresentar a lei: «Os estudantes fazem greve e manifestam-se. Acho, aliás, fantástico», apenas para, na frase seguinte, esclarecer que «o Parlamento somos nós».

Pistorius quer um exército de 460 mil «soldados no activo» e reservistas, em consonância com as directrizes da OTAN.

Há sectores do movimento pacifista «oficial» que não se sentem à vontade com este novo movimento da juventude, que procura o seu próprio movimento, não se integrando no «projecto reformista» que lhes é «oferecido», juntamente com igrejas e aparelhos, para canalizar as suas

lutas. O movimento pacifista, que se esgota em apelos aos governos, considera-o um «dilema».

A mobilização da juventude em muitas cidades ainda dá mostras de espontaneidade, mas o que está a começar é uma nova mobilização da juventude pela defesa dos seus interesses vitais. «Não vamos parar com a greve!» Em muitas cidades, criaram-se comités de greve. A juventude começa a construir os seus próprios órgãos na luta pela retirada da «lei do serviço militar obrigatório».

O Comité para um Partido dos Trabalhadores ajuda nesse processo, respeitando as decisões dos comités de greve dos estudantes.

Em Düsseldorf, os estudantes receberam com satisfação o panfleto do «Comité por um Partido dos Trabalhadores», em particular as saudações dos jovens franceses de 29 de Novembro. Escreviam estes: «Macron deixa os estudantes à fome e empurra-nos para o exército. Anunciou um serviço militar «voluntário». (...) Esta guerra não é nossa. Sabemos que os jovens da Alemanha enfrentam a mesma situação. Soubemos da greve dos estudantes e alunos prevista para 5 de Dezembro. Vocês têm razão: só através da mobilização unitária poderemos fazer com que os nossos governos cedam. Apoiamos totalmente a vossa mobilização.»

No panfleto de 5 de Dezembro, o Comité por um Partido dos Trabalhadores declara ser «tarefa do movimento juvenil e democrático opor a estes planos a unidade dos trabalhadores e da juventude, levantados, unidos e coesos, contra a marcha para a guerra e a militarização. Como

● CORRESPONDÊNCIA

internacionalistas, dizemos: para isso, unidade dos trabalhadores e da juventude além-fronteiras!

O Comité por um Partido dos Trabalhadores exige a revogação dos planos de serviço militar obrigatório!" ●

(1) CDU/CSU é o conjunto dos dois partidos conservadores alemães, a União Democrata-Cristã da Alemanha (CDU) presente em todos os Estados da Alemanha com excepção da Baviera, onde é presente a União Social-Cristã da Baviera (CSU).

(2) O SPD é o partido social-democrata alemão



Greves dos estudantes liceais na Alemanha (5 de Dezembro de 2025)

Nós, jovens de todo o mundo, recusamos a guerra imperialista!

Apelo de jovens da Palestina, dos Estados Unidos, do México, de Marrocos, de Itália, da Alemanha, da Hungria e de França

Multiplicam-se as guerras à escala mundial: da Ucrânia a Gaza, passando pela República Democrática do Congo, o Líbano, o Sudão, o genocídio em Gaza... Hoje, Trump agride a Venezuela. E anuncia que amanhã poderá passar à China.

Não nos deixamos iludir: sabemos que todas estas guerras são uma só. É uma e a mesma guerra com um e o mesmo objectivo: o controlo da riqueza pelas diferentes multinacionais; é a guerra do capitalismo contra os povos.

Não, os jovens de todo o mundo não são inimigos uns dos outros!

Não aceitamos sacrificar a nossa vida e a nossa juventude a esta guerra, sermos a sua carne para canhão!

Não aceitamos que nos andem a saquear as universidades, as escolas e a saúde para benefício dos orçamentos militares.

Assim como **não aceitamos** a militarização generalizada que é a restauração dos serviços militares em quase todo a parte!

Aos governos que o único «emprego» que têm para nos propor é a tropa opomos a palavra de ordem: «trabalho a sério, salário a sério, não à precariedade!»

É hora de lutar contra quem põe em perigo a paz mundial para controlar as riquezas.

É hora de nos unirmos à luta de classe dos trabalhadores contra o regime capitalista.

Abaixo a guerra! Abaixo a exploração!

Jovens de todo o mundo: organizemo-nos com a classe trabalhadora para derrubar o capitalismo fator de guerra!

Para contribuir para esta luta, a secção francesa da IVª Internacional organizará um encontro internacional de jovens revolucionários em Paris, de 28 a 31 de Agosto de 2026: Inscreve-te desde já!

Para aderir a este apelo ou contacto: rijr.4.revolution@gmail.com

República Democrática do Congo

Carta de ligação nº 4, Dezembro de 2025.

O Acordo de Washington de 4 de Dezembro de 2025 e o desmembramento e pilhagem da RDC; Comité para o Partido Democrático Independente dos Trabalhadores e Camponeses (PDITP)

EM 4 DE DEZEMBRO DE 2025, os presidentes Félix Tshisekedi, da República Democrática do Congo (RDC), e Paul Kagame, do Ruanda, ratificaram o acordo de paz que havia sido assinado pelos seus ministros dos Negócios Estrangeiros em 27 de Junho de 2025. Na nossa *Carta de Ligação* nº 3 de Julho de 2025, qualificámos os acordos e declarações de paz do imperialismo de planos de guerra. No caso da RDC, tal como noutros locais, como a Palestina, a Ucrânia, etc., a guerra continua, redobrando até de intensidade na esteira deste acordo de paz, do acordo de princípios e do acordo-quadro de Doha, no Qatar, entre o governo da RDC e a AFC-M23, mediado pelo emirado do Qatar, ao serviço de Washington. As FARDC e os seus aliados Wazalendo, Yakutumba, FDLR, os mercenários do grupo Blackwater USA e as tropas burundis, por um lado, e a AFC-M23 e Twigwaneho, por outro, reforçaram as suas tropas, equipamentos e armamentos com ataques aéreos com helicópteros, drones e aviões Sukhoi, conforme o caso, nos confrontos em curso tanto no Kivu-Norte (territórios de Walikale, Masisi, Rutshuru...) como no Kivu-Sul (territórios de Fizi, Uvira, Mwenga, Kalehe, Kabare, Walungu, etc.). As populações civis pagam um pesado tributo a esta guerra: muitos mortos, milhares de deslocados, violações, pilhagens, habitações incendiadas, infra-estruturas destruídas...

A assinatura do acordo de Washington decorreu com grande pompa sob a batuta de Donald Trump, na presença de «testemunhas» por ele designadas: os presidentes William Ruto, do Quénia, presidente em exercício da Comunidade da África Oriental, João Lourenço, de Angola, presidente em exercício da União Africana (UA), Faure Gnassingbé, do Togo, mediador na crise congoleza em nome da UA, Évariste Ndayishimiye, do Burundi, representantes do Uganda, do Qatar, dos Emirados Árabes Unidos...

O imperialismo precisa do caos assassino para drenar e saquear as riquezas do nosso país, em particular as riquezas minerais em que o Leste da RDC abunda

O acordo abrange, entre outras questões, o que denomina «Conceito de Operações» (Conops), que prevê a «neutralização» das FDLR e o «levantamento das medidas de defesa ruandesas», a defesa da integridade territorial da RDC e do Ruanda, a integração dos grupos armados não estatais nas FARDC e na PNC e o apoio às negociações de Doha.

No entanto, como Comité para o PDITP, estamos certos de que o acordo não tem como objectivo o fim da guerra, pois o imperialismo precisa do caos assassino para drenar e saquear as riquezas do nosso país, em particular as riquezas minerais em que o Leste da RDC abunda. É este o sentido da visita do emir do Qatar, Sheikh Tamim, ao Ruanda e à RDC, em Novembro passado, congratulando-se o emir e os dois presidentes pelos «progressos» alcançados em matéria de paz. Mas o principal objectivo da visita ao Ruanda eram os interesses relacionados com o sector dos transportes,

nomeadamente o aeroporto de Bugesera (2 mil milhões de dólares americanos) e a companhia *Rwandair Express*.

Também no caso da RDC os protocolos assinados pelos ministros sectoriais dizem respeito, nomeadamente, aos transportes (portos). Na ocasião, em nome do governo, o ministro da Economia congolês, Daniel Mukoko Samba, convidou o Qatar a «investir» no sector mineiro: «(...) é possível os investidores internacionais instalarem-se na RDC, fazerem negócios e prosperarem.» O acordo de Washington é acompanhado de dois acordos bilaterais e um acordo de integração económica regional, que prevê a criação de um corredor comercial RDC-Ruanda controlado pelos Estados Unidos, que complementa o corredor de Lobito, a oeste, no Atlântico. Interessa ao imperialismo americano obter para as suas multinacionais acesso privilegiado aos minérios congolezes, tanto os críticos como os «clássicos» e poder pilhar essas riquezas. Já sob a égide de Trump, a multinacional KoBold Metals, propriedade dos multimilionários Jeff Bezos e Bill Gates, foi autorizada a estabelecer-se na RDC no contexto da luta acesa com outras empresas americanas e grupos chineses já instalados. Estes acordos cozinhados pelo imperialismo americano e por Trump merecem a rejeição dos congolezes; eles aparecem para amplificar as condições para a guerra, a pilhagem de riquezas minerais e o desmembramento da RDC.

Estamos convencidos de que os trabalhadores e o povo congolezes são capazes de instaurar a paz no país. Para tal, é necessário que se unam para apropriarem as riquezas da RDC e satisfazerem as necessidades do povo congolês, o que exige expulsar o imperialismo, as suas multinacionais e as tropas e milícias estrangeiras do nosso país. ●

● CORRESPONDÊNCIA

Burundi: lições de uma campanha

K. M., militante da
Liga dos Comunistas
Internacionalistas (LCI),
21 de Dezembro de 2025

A SITUAÇÃO MUNDIAL, marcada pela marcha para a guerra generalizada, coloca com ainda maior acuidade a questão central da crise da direcção revolucionária do proletariado à escala internacional — e a necessidade de a superar.

Em que condições políticas intervêm, no Burundi, os militantes da Liga dos Comunistas Internacionalistas (LCI), que participam na construção do Partido dos Trabalhadores e da Democracia (PTD)? Em condições difíceis, de ditadura militar-policial que espezinha as liberdades democráticas. A situação agudizou-se depois do traumatismo provocado pela repressão particularmente sangrenta de 2015, na esteira das mobilizações contra o terceiro mandato do presidente à época em exercício. A luta política dos militantes burundis da IVª Internacional está, assim, reduzida à semiclandestinidade.

Apesar de tais condições, os militantes da LCI têm-se batido pela constituição de listas operárias e camponesas nas eleições municipais. Devemos fazer o balanço desta experiência.

Recorde-se que, depois de discutir, havíamos tomado a resolução de nos metermos nesta campanha de constituição de listas operárias e camponesas, para mais em municípios das cinco novas províncias do país. Fora nosso entendimento que as eleições municipais representavam um quadro que nos permitiria apresentar o nosso programa às massas trabalhadoras e à juventude, que se debatem numa miséria sem precedentes, privadas do direito de exercer as liberdades democráticas e sofrendo privações nunca antes conhecidas na história recente do país, em

consequência da submissão deste ao imperialismo.

Decidimo-lo apesar de os prazos de apresentação das listas fixados pelo Estado serem deliberadamente muito curtos. O presidente da Comissão Eleitoral respondera à nossa delegação, que viera pedir-lhe uma derrogação, que não havia problema nenhum, podíamos ir para o terreno, concluindo, cinicamente: *“Que ganhe o melhor!”* Reconhecia, no fundo, que tudo aquilo não passava de uma encenação da Comissão Eleitoral e do governo.

Tendo em conta os prazos muito curtos para a apresentação dos documentos, só conseguimos chegar ao fim num município.

Os camaradas batalharam duramente por esse resultado. Mantiveram laços com a população laboriosa, o que lhes permitiu levar o trabalho a bom termo, cobrindo eles próprios grande parte do orçamento, autofinanciando a actividade. Isso não impediu as autoridades de não validar a nossa lista, uma vez esta correctamente apresentada, declarando ter analisado os recursos, que não houve...

Porém, o que os nossos camaradas fizeram nesta província demonstra que o trabalho de construção do partido é possível para responder à situação infligida às massas neste país. Como lembrou o camarada localmente responsável, as actividades do CERCABU, o Círculo pela Renacionalização do Sector do Café (um quadro de frente única que junta militantes operários e camponeses), na província foram um ponto de apoio.

Noutra província, onde não foi possível apresentar lista, um camarada responsável referiu que o trabalho do PTD continua e que o partido conta nas suas fileiras, na província, um número significativo de camponeses e de funcionários públicos, que mantêm uma sede cuja renda mensal pagam, albergando essa sede

simultaneamente uma cooperativa de que são membros alguns militantes do partido.

Vale acrescentar que, para manter os laços entre os camaradas em todas as províncias do país, nos esforçámos por publicar um jornal, concebido como *“organizador colectivo”* (Lenin). *La Tribune libre des travailleurs* serve para manter a ligação, para provocar e enriquecer a discussão e ajudar os camaradas a organizar os leitores. Assegurar a saída mensal das suas quatro páginas é uma batalha permanente. Não por que falte matéria. O Comité de Redacção desta *Tribune* terá de discutir e antecipar a redacção de artigos.

O balanço que fazemos da nossa batalha política pela apresentação de listas — nas muito difíceis condições que são as nossas, repetimos — tem que levar em consideração as forças (o nosso apego ao programa da IVª Internacional e o trabalho feito para o pôr em prática), mas também fraquezas, dificuldades que temos que resolver pelo debate político fraterno na organização. O combate por listas operárias e camponesas foi um elemento positivo para o partido. Importa agora discutir com todos os nossos contactos, recrutá-los para o partido e associá-los às campanhas internacionais no âmbito já do Comité Operário Internacional, já do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI).

No plano financeiro, apesar da miséria generalizada das massas — em que se englobam os militantes do PTD —, sabemos que não pode haver actividade política independente se não for a própria organização a assegurar o seu financiamento. A participação nas reuniões, a aplicação das decisões colectivamente tomadas e o pagamento regular das quotas são regras da organização. ●

A conferência de Turim e a constituição do Comité de Organização pela Reconstituição da IV^a Internacional

Lorenzo Varaldo

NOS DIAS 5, 6 E 7 DE FEVEREIRO DE 2016, faz exactamente dez anos, reunia-se em Turim, na Itália, a “conferência de urgência pela unidade da IV^a Internacional assente no seu programa fundador, nos textos da sua reproclamação de 1993 e nos seus princípios”.

Pouco mais de seis meses passados sobre a crise que, em Junho de 2015, começara por rebentar com a secção francesa e, de seguida, com a IV^a Internacional, a conferência concluiu-se pela constituição do CORQI.

Rever esta conferência dez anos depois é importante não só para quem a ela assistiu ou participou na sua preparação, mas, principalmente, para alicerçar um avanço no caminho para a reconstituição da IV^a Internacional que é mais necessário do que nunca. Deste avanço tratará a conferência internacional das organizações filiadas no CORQI que se realiza de 6 a 8 de Novembro de 2026.

46 delegados vindos de 17 países

Em Fevereiro de 2016, 46 delegados oriundos de 17 países de quatro continentes reuniram-se em Turim. Era um resultado muito importante, se se considerar que, seis meses antes, a IV^a Internacional, reconstituída em 1993 depois de um longo percurso iniciado com a crise de 1950-53, fora novamente atingida por uma crise, provocada, em particular, por um grupo de dirigentes da secção francesa, alastrando progressivamente às secções do mundo inteiro.

A cidade de Turim fora proposta e imediatamente aceite com entusiasmo pelos militantes

italianos, nomeadamente porque, à parte questões logísticas e organizativas, a secção italiana não conhecera nem cisão nem crise. Fiéis aos princípios que haviam motivado a sua acção de reconstrução — difícil e juncada de obstáculos como fora — iniciada nos anos noventa, os militantes italianos reconheceram imediatamente na operação de dissolução da IV^a Internacional a negação dos seus princípios: democracia, construção do partido, construção da Internacional, transição.

Acima de tudo, o que para nós, militantes italianos, era inaceitável era o verdadeiro atentado à discussão e à democracia que fora cometido, fossem quais fossem as divergências. Assim como era inaceitável pôr em dúvida a luta pela ruptura com a União Europeia, que tínhamos abraçado nos anos precedentes, constituindo, inclusive, listas para as eleições municipais e provinciais de Turim de 2006, 2009 e 2011, criando, deste modo, os alicerces de uma organização política verdadeiramente independente, se bem que ainda muito modesta.

Este artigo propõe-se justamente voltar a pôr em foco estes temas: democracia, construção do partido e da Internacional, transição.

A questão da democracia

A crise que deflagrou em 2015 tinha, na realidade, raízes muito mais antigas, que remontavam, nomeadamente, aos anos que se seguiram à morte de Pierre Lambert. Com a sua história e autoridade, Lambert conseguia, de certo modo, conter as pressões centrífugas, às quais subjaz sempre uma base social (adiante) e que são sempre fruto da pressão da sociedade capitalista. A sua morte, em 2008, abriu um período de vários anos em

que, particularmente na secção francesa, as forças que punham em causa o património político dos anos anteriores — que culminara na reafirmação da IV^a Internacional em 1993 — começaram a ganhar terreno a pouco e pouco. O processo foi, porém, longo, e a sua progressão e gravidade não foram, de modo geral, percebidos pelas outras secções, só explodindo à luz do dia no final de 2014 e início de 2015.

Uma coisa é certa: para rebentar com a IV^a Internacional, não bastava pôr em causa o seu programa e a sua linha política: era fundamentalmente necessário rebentar, mais cedo ou mais tarde, com o quadro do centralismo democrático e, por conseguinte, da democracia e da livre discussão.

Democracia e centralismo democrático não são, com efeito, apenas instrumentos de acção política, de construção do partido e da Internacional, são também o próprio conteúdo dessa construção, talvez o primeiro, sobretudo para nós que somos o mais fervoroso inimigo do estalinismo.

Uma questão esteve na base do golpe de força que, em Junho de 2015, importou, primeiro, no adiamento do 51º Congresso da secção francesa da IV^a Internacional e depois na brutalidade e na expulsão das sedes do partido dos dirigentes e militantes “culpados” de terem pedido que se respeitassem as decisões tomadas e, seguidamente, o direito de tendência. Essa questão recordou-a o relator da conferência de Turim no seu relatório introdutório:

“Há uma só explicação para este golpe de força: o terror do que os militantes trotskistas pudessem decidir, o terror dos resultados dum congresso da CCI, que, teria, sem dúvida, posto em

● HÁ DEZ ANOS

»»»

minoría a maioria da direcção. Já sabem o que aconteceu a seguir: a tendência constituída para defender a construção de um partido foi imediatamente proibida, as fechaduras das sedes mudadas, 23 membros do Comité central suspensos da organização, o começo de uma vaga de insultos, terror e intimidação, o início da crise."

O que estava no cerne da crise era, assim, a recusa de debater, da democracia, das divergências. O relator focou o problema, recorrendo a Trotsky:

"O regime interno do Partido Bolchevique caracterizava-se pelos métodos do centralismo democrático (...). O partido tratava de que as suas fronteiras estivessem claramente demarcadas, mas entendia que quem quer que entrasse devia ter realmente o direito de determinar a política. Na livre crítica e na luta pelas ideias consistia o conteúdo intangível da democracia do partido" ("A Revolução Traída")

Prosseguiu o relator:

"A célebre carta de Trotsky a Joseph Hansen datada de 1940 tem sido frequentemente citada. Ela é muito significativa. O SWP americano passava por uma crise grave. Uma minoria estava a ponto de romper com a IVª Internacional, defendendo uma política errada, de recusa de defesa da URSS. Organizou-se um congresso, e a minoria foi batida. Esta exigiu, porém, que a discussão continuasse, apesar de ter sido reconhecida como tendência minoritária, apesar de ter havido uma votação. Os dirigentes do SWP, fartos, disseram: isto está a começar a degenerar. Trotsky escreveu-lhes: 'Continuar a publicar boletins de discussão logo a seguir a uma longa discussão e a um congresso não é, decerto, uma boa coisa, uma regra; é uma excepção deplorável. Mas nós não somos burocratas de espécie alguma. Não temos regras imutáveis. Somos dialécticos, mesmo no domínio da organização. Se temos, dentro do partido, uma minoria significativa que não está contente com as decisões do congresso, é preferível legalizar a discussão posterior à assembleia

em vez de deixar caminhar para uma cisão. Podemos, se for necessário, ir ainda mais longe e propor-lhes publicarem, sob a supervisão do novo comité nacional, grupos de discussão especiais, destinados não apenas aos membros do partido, mas também ao público em geral. Devemos ir o mais longe possível neste sentido, de molde a neutralizar estas queixas e tornar difícil provocar uma cisão. Pela minha parte, acho que prolongar o debate, se guiado pela boa vontade das duas partes, só pode, nas condições actuais, ser útil à educação do partido. Creio que a maioria devia fazer estas propostas ao comité nacional por escrito. Seja qual for a resposta, o partido sai a ganhar."

Como se pode ver, a questão da livre discussão e da democracia é central para Trotsky. O centralismo democrático não é um "código de boa conduta", é um elemento do próprio programa do partido revolucionário.

Nós sabemos que a clique que se foi impondo a pouco e pouco e dirigia a secção francesa da IVª Internacional e, a partir dela, toda a Internacional, reduzira estes princípios a ridículo um a um, de maneira cada vez mais evidente e por fim violenta, até provocar a conflagração do partido e a expulsão (nalguns casos, violenta) de quem não alinhava.

Ora, se a democracia é um conteúdo político, que balanço fazer da livre discussão no CORQI, de 2015 até hoje?

Não restam dúvidas que, nestes dez anos, se restauraram, promoveram e respeitaram as regras da livre discussão.

Primeiro, foi preciso restaurá-las, tendo os princípios enunciados na conferência de Turim sido adoptados como base fundacional do CORQI.

Depois, respeitaram-se e promoveram-se essas regras. Nalguns casos, foi mais fácil, dado que alguns grupos e organizações filiados não colocaram problemas de especial. Noutros, os debates e divergências exigiram — e continuam a exigir — o

respeito integral deste método e destes princípios: livre discussão das raízes políticas dos problemas e das divergências. O buslilis é que uma organização se mostre verdadeiramente democrática — e, portanto, verdadeiramente revolucionária — não só por respeitar a democracia quando não há divergências importantes, o que não é, evidentemente, difícil, mas por saber promover e praticar o debate livre, o confronto, a análise em presença de divergências, no quadro do centralismo democrático.

Há outro aspecto a considerar. Nos últimos dez anos, encorajou-se e respeitou-se o debate e a democracia, mas num CORQI que ainda não é uma organização centralizada.

Passar a ser uma organização centralizada não é uma decisão normal que se tome à volta duma mesa. É o resultado de um processo de reconstrução no qual se constituem a pouco e pouco verdadeiras secções e organizações nacionais, bem como uma di-



Concentração de

recção internacional.

O CORQI começou por se dotar, como órgão de construção, de um colectivo de animação internacional, seguidamente aberto a militantes convidados que não pertenciam à IVª Internacional, mas desejavam colaborar com ela tanto na elaboração política como na actividade prática.

O nome “colectivo de animação” (colectivo que se reúne duas vezes por ano) foi discutido em Turim. Era um órgão encarregado de promover a animação do CORQI, o seu crescimento, a discussão, os laços entre as secções e as organizações filiadas, mas não era ainda — nem podia ser — expressão de um verdadeiro centralismo democrático. Mais tarde, a seguir à conferência internacional de 2023, decidiu criar igualmente um comité de correspondência, composto por camaradas de cinco países, que se reúne de quinze em quinze dias, encarregado de coordenar mais regularmente as actividades

do CORQI.

A conferência de Novembro de 2026 põe-nos frente a uma nova viragem: em que ponto está a reconstituição da IVª Internacional nestes dois aspectos? Que novas medidas se podem e devem tomar para chegar a uma verdadeira organização internacional — não ainda, embora, à reconstituição da IVª Internacional? Que relação manter com as secções e as suas discussões internas?

Podemos concluir com Trotsky (1937), que o orador citou em Turim:

“Um partido é uma organização activa; desenvolve-se na luta com os obstáculos externos e as contradições internas. A decomposição da IIª e da IIIª Internacionais nas difíceis condições da era imperialista criou à IVª Internacional dificuldades sem precedentes na história. Não é possível ultrapassá-las recorrendo a uma fórmula mágica qualquer. O regime dum partido não cai do céu, constrói-se progressiva-

mente na luta. A linha política precede o regime. Primeiro é necessário definir correctamente os problemas estratégicos e os métodos tácticos, de modo a poder resolvê-los: as formas de organização têm que corresponder às estratégias e às tácticas. Só uma política certa pode garantir um regime são no partido.”

A questão da construção do partido

O segundo tema central da conferência de Turim era a desistência, da parte de muitos dirigentes da CCI — que constituíam na altura a maioria da direcção —, da construção do partido. O ataque à democracia interna, a decisão da “fracção secreta” que se incrustara ao longo dos anos na secção francesa e na IVª Internacional de enveredar pela ruptura, derivava da necessidade de impor, a qualquer preço, uma linha política que negava os princípios fundadores da IVª Internacional. A base desta linha era o sinal de igual posto entre a classe, as suas organizações e as direcções destas — assim desistindo de identificar a crise da humanidade com a crise da sua direcção revolucionária, portanto, com a responsabilidade dos dirigentes, a desistência da construção do partido.

Sem querer focar neste artigo os diferentes textos dos dirigentes revisionistas que davam claramente nota deste sinal de igual, olhemos antes para a forma em que ele se manifestava: a tendência para dissolver o partido na luta de classes, ou melhor, na pretensa intervenção na luta de classes, nos sindicatos, nos comités... desde que não se incomodassem as direcções.

Fazia-se isto em nome de uma deformação da linha da transição. Lucien Gauthier reflectia assim essa deformação: *“Definir as condições concretas da construção do partido revolucionário hoje implica apreender os desenvolvimentos actuais da luta de classes (...). Pierre Lambert desenvolveu uma orientação que leva em linha de conta os processos reais na luta de classes: a transição em matéria de construção*



homenagem a Leon Sedov e às vítimas do estalinismo (Agosto de 2025)

● HÁ DEZ ANOS



do partido.” Tudo para chegar à conclusão de que no centro da acção política devia estar uma espécie de dissolução da acção dos militantes do POI nos comités, apelos, sindicatos, sem acção independente do próprio partido.

Na sua resposta ao artigo de Gauthier, Daniel Gluckstein respondeu — ainda a conflagração da secção francesa não se dera, havendo ainda lugar para alguma discussão interna, embora em condições tensíssimas: *“Sim, claro, não se pode conceber que as condições da construção do partido se possam definir independentemente do desenvolvimento da luta de classes, mas decorrerão as condições concretas da construção do partido exclusivamente do desenvolvimento da luta de classes? Não. A questão da etapa alcançada na construção do partido — e a etapa seguinte que fixamos, juntamente com os meios para lá chegar — constituiu durante cinquenta anos o fio condutor da construção do partido, elaborada, discutida, aplicada e desenvolvida nos seus resultados sob a direcção do camarada Lambert.”*

Era então evidente, e é-o ainda mais hoje, à luz da degenerescência da corrente revisionista, que, por exemplo em França, levou à dissolução do POI na France insoumise, que as “teses” de Lucien Gauthier redundavam não só em pôr em causa a acção e a construção do partido, tanto em França como ao nível internacional, mas também, mais exactamente, em cobrir e apoiar a linha dos aparelhos, em consequência do sinal de igual posto entre massas e dirigentes.

Ora, a questão da relação entre construção do partido e intervenção na luta de classes continua a ser uma questão central para todos os grupos, secções e organizações que aderem ao CORQI.

É, com efeito, exactamente na intervenção na luta de classes, portanto, também nos comités, associações e, evidentemente, sindicatos, que os militantes devem estar, em contacto com a

classe, com as suas expressões organizadas e espontâneas, com o gume vivo da luta. Mas com uma condição: que essa intervenção vá sempre a par da construção do partido ou, no mínimo, de agrupamentos mais modestos (comités por um partido, listas eleitorais, movimentos políticos) que ponham a questão do partido e comecem a actuar como partido.

Não se confunda aqui linha de transição, tal como formulada por Lambert no início dos anos sessenta, com dissolução na “luta de classes”. Ou melhor, não é aceitável usar o pretexto da transição, que é uma linha mais correcta e actual do que nunca, para pôr em causa a necessidade do partido.

Pelo contrário: é na relação dialéctica entre intervenção na luta de classes e construção do partido que a linha da transição tem o seu fundamento. Por outras palavras: transição nada tem que ver com diluição nas formas mais ou menos espontâneas, mais ou menos organizadas que a luta de classes possa fazer despontar a dado momento.

Um balanço rápido destes dez anos confronta-nos com esta evidência: a classe operária, os trabalhadores necessitam cada vez mais de um partido para abrir uma perspectiva real.

Se dado há que ressalta destes dez anos é a evidente confirmação do *Programa de Transição*, onde ele reza de que *“massas de milhões de homens enveredam incessantemente pelo caminho da revolução. De cada vez, porém, esbarram, nesse caminho, nos seus próprios aparelhos burocráticos conservadores.”* Em 1938, seguiam-se a esta frase exemplos de Espanha, de França, dos Estados Unidos; hoje, só nos últimos dez anos, podemos citar as enormes mobilizações em França, na Catalunha, na Índia, no Bangladeche, no Sri Lanka, nos Estados Unidos, as greves em Itália que obrigaram o governo, no contexto do Covid, a aprovar uma lei que proibiu os despedimentos, as mobilizações em Portugal, na Grécia...

De cada vez, as massas en-

contraram nos aparelhos burocráticos conservadores um obstáculo que as impediu de ir até ao fim e as fez recuar, quando os movimentos eram expressão de um autêntico impulso revolucionário ou pré-revolucionário.

Se balanço há, pois, a fazer destes dez anos, esse balanço é o do falhanço completo das “teorias” da diluição nos movimentos e da necessidade de progredir na construção de partidos independentes em cada país, assim como da Internacional.

Mas podemos ir mais longe, olhando para França, a Argélia, o Brasil: as “teorias” que redundaram na conflagração da IVª Internacional levaram o centro revisionista não apenas a “diluir-se” nos sindicatos e comités, mas mesmo a dar directamente cobertura a políticas e organizações que nada têm que ver com a classe operária.

Em que ponto está a construção do partido para as organizações filiadas no CORQI?

Se bem que não se possa reduzir a IVª Internacional à simples adição das suas secções, uma verdadeira Internacional constrói-se com secções que, por sua vez, constroem partidos (ou comités por partidos, etc.). Por outro lado, se o CORQI, no seu programa, portanto no da IVª Internacional completado por todos os textos que conduziram à reafirmação de 1993, exprime a continuidade do partido mundial da revolução, não é menos evidente que, no plano organizativo e de reconstituição das condições reais para a IVª Internacional, o caminho iniciado há dez anos ainda não está terminado.

A conferência de Turim representou, neste ponto de vista, uma primeira etapa do reagrupamento para a preservação da IVª Internacional, mas também das secções ou partes de secções, por pequenas que nalguns casos fossem, que não quiseram succumbir à lógica liquidacionista.

Em dez anos, terá esta acção de salvamento começado a tornar-se numa verdadeira acção de reconstrução, na linha da transição?

Ao nível das secções, várias conseguiram progredir, avançar, desenvolver-se. Outras, menos.

Se bem que a base, para todas as que fizeram progressos, tenha sido a intervenção na luta de classes, o elemento decisivo foi a expressão regular e independente, o jornal, a sua difusão, o agrupamento à volta dele e as campanhas políticas independentes.

A construção da Internacional na linha da transição

A terceira questão que a conferência de Turim pôs no seu centro é a que concerne à tentativa de destruição da IVª Internacional proclamada de novo em 1993.

“Que causa social serve esta violência? Para nós, a resposta é clara: a de desintegrar a IVª Internacional, pôr em causa, pois, o que se conquistara com a proclamação. Era cortar os laços políticos entre os militantes trotskistas e os militantes operários e as correntes que deles surgiam.”

Acrescentando o relator: *“Qual é a nossa responsabilidade? A nossa responsabilidade consiste em assegurar a responsabilidade política e organizativa, na forma apropriada, da reproclamação da IVª Internacional. Ainda que o seu quadro organizativo de 1993 tenha sido reduzido a estilhaços, a conquista política da proclamação não se desvaneceu.”*

“Esta reafirmação implica reconhecer que, após a queda da URSS, a questão central mantém-se, e mais do que nunca, a da impotência do sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção, uma vez chegado ao estágio do imperialismo em decomposição e apodrecimento, para abrir um futuro ao desenvolvimento das forças produtivas. Implica condenar sem apelo nem agravo o sistema capitalista, que arrasta a humanidade para a barbárie. Implica, consequentemente, a necessidade de lutar pela revolução socialista, pela socialização dos meios de produção, tomando a classe operária o poder à escala nacional e internacional. Implica, por conseguinte, a construção de partidos revolucionários baseados no programa da IVª Internacional, ligan-

do a luta por cada reivindicação específica à luta pelas reivindicações globais, formulando as reivindicações como pontes entre a consciência actual da classe e a consciência que a realização das tarefas da revolução socialista exige.”

Neste contexto, a conferência de Turim debruçou-se sobre a questão central da linha da transição como linha de reconstituição da IVª Internacional, nos termos em que fora elaborada em 1962. Em 1962, a secção francesa, então uma pequena organização, adoptou uma resolução sobre a reconstrução da IVª Internacional em que se lia: *“É uma certeza que tendências operárias revolucionárias com outras origens e outras experiências, diferentes das nossas, algumas até não marxistas, serão chamadas a participar na construção da nova Internacional revolucionária, de que serão parte integrante.”* O texto salienta a necessidade de métodos de organização apropriados. *“A base programática da Internacional revolucionária é, naturalmente, intocável, mas isso não significa que não possa haver nas fileiras da Internacional tendências operárias revolucionárias com desacordos mais ou menos significativos com esse programa.”* Lambert tomava posição, em 1993, a propósito dessa resolução de 1962, acrescentando o comentário seguinte: *“Foi esta, em 1962, a primeira manifestação da posição que nos fez dizer que era necessário voltar a proclamar a IVª Internacional na linha da conferência mundial aberta pela Internacional operária”.* Esta “linha da conferência mundial aberta” concretizar-se-á em 1990, após um longo trabalho, nas vésperas da primeira guerra do Golfo, em Barcelona, ao fundar-se o Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos.

Que relação há entre a construção-reconstrução da IVª Internacional enquanto organização e uma Internacional “aberta”? Não pode haver fórmulas pré-estabelecidas nem receitas. O que é certo é, no entanto, que nada se pode construir se não se construir a própria IVª Internacional, com

os seus documentos e as suas análises, as suas reivindicações, as suas iniciativas, as suas secções nacionais. A conferência de Turim focou, deste modo, por um lado, a necessidade de preservar a conquista política da reafirmação de 1993, criando as bases para a reconstrução organizativa e, por outro lado, a necessidade de reatar com a “linha da transição”, com eixo — há muito abandonado — no Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos da conferência de Barcelona.

Neste contexto, a conferência realçou um aspecto que o centro liquidacionista em grande parte pôs em causa: *“Lambert dizia que ‘a IVª Internacional é a capacidade de levar a cabo campanhas internacionais unificadas.’ Significa isto que a IVª Internacional não é uma soma de secções nacionais, é, como o seu nome indica, o partido mundial da revolução socialista. Ela considera a luta de classes na sua unidade internacional e deduz a orientação de construção em cada país da apreciação do rumo mundial da luta de classes e não o inverso. Este aspecto era intolerável para aqueles que haviam já empreendido a liquidação do Acordo Internacional, pondo em causa, na realidade, a própria proclamação.”*

Estas reflexões têm hoje maior actualidade do que nunca. A IVª Internacional e, portanto, o CORQI só se pode construir se for capaz de levar a cabo campanhas internacionais unificadas, numa situação em que, por um lado, a marcha para a barbárie ganha vulto de dia para dia, alcançando níveis e formas cada vez mais violentos e “espectaculares” (principalmente com o advento da administração Trump) e em que, por outro lado, a resistência dos povos — que assumiu, na luta pela Palestina, um carácter representativo de toda a resistência mundial — manifesta, seja embora, por vezes, de maneira confusa e contraditória, que a situação está longe de estar decidida, que o fascismo está longe de ter ganho a partida (mesmo nos Estados Unidos, embora haja sinais alarmantes e medidas repressivas que vão nesse sentido),

● HÁ DEZ ANOS



que os povos se batem, que a classe “em si”, embora atacada e a ver as suas conquistas e organizações postas em causa, não está destruída, mantendo-se, portanto, em aberto a alternativa “socialismo ou barbárie”.

Para, contudo, levar a efeito essas campanhas internacionais, para dar uma resposta à humanidade, é mais do que nunca necessário construir a IVª Internacional enquanto tal, capaz de se aliar a outros grupos e tendências, ao movimento de massas, sem nele se diluir, tanto ao nível internacional como ao nível nacional.

Ainda neste domínio, têm-se feito progressos inegáveis desde 2016.

O primeiro foi com certeza a realização da conferência mundial de Mumbai, lançada no final da conferência de Turim, em Novembro do mesmo ano, que se concluiu com o lançamento do Manifesto mundial contra a guerra, a exploração e o trabalho precário, pela Internacional Operária, e a constituição do COI-IWC. A esta conferência seguiram-se várias campanhas internacionais e, no contexto do Covid, a reunião internacional em linha do 1º de Maio e, em seguida, a conferência mundial contra a guerra e a exploração de Outubro de 2022 (com o encontro das mulheres trabalhadoras) e, finalmente, o encontro internacional contra a guerra imperialista global de Março de 2025. Levaram-se a efeito, entretanto, muitas campanhas internacionais, como a da Palestina (“ruptura de todas as relações com Israel”), no Verão de 2025, e a da Venezuela, nas semanas mais recentes.

Estas campanhas conseguiram juntar eficazmente os militantes e responsáveis de todo o mundo em torno do COI-IWC, que representa uma referência para centenas de militantes pelo mundo fora. A realização de três encontros internacionais de jovens revolucionários representa, ainda, um importantíssimo passo em frente.

Paralelamente a estas iniciativas e campanhas, o CORQI organizou as suas conferências e reuniões internacionais, culminando nas conferências de Novembro de 2023 e de Março de 2025, nas quais estiveram envolvidos no diálogo e no confronto de ideias militantes e organizações que não são membros do CORQI, mas desejam contribuir para a sua construção, continuando a discussão.

A actualidade do apelo final da conferência de Turim

A conferência de Turim concluiu-se por um “Apelo aos trabalhadores, aos jovens, aos militantes operários do mundo inteiro, aos partidários da IVª Internacional”:

“A observação que se nos impõe é de que, onde quer que os olhos pousem, o horizonte aparece marcado pela guerra, pelo caos, pela opressão dos povos. Por toda a parte, sob a égide do imperialismo americano, os governos das grandes potências capitalistas organizam intervenções militares que desorganizam as nações e criam o caos. A humanidade conhece um período em que a guerra está, de facto, generalizada a todo o mundo. Milhões de homens são atirados para as estradas do exílio, nas

piores condições; dezenas de milhar de crianças desaparecem em tráficos ignóbeis. Está em causa a própria existência das nações.”

Se o nível “espectacular” hoje alcançado por esta decomposição do sistema capitalista não era imaginável quanto ao pormenor há dez anos, podemos, ainda assim, afirmar com segurança que os militantes reunidos em conferência em Turim haviam previsto as suas grandes linhas. Não porque detenham capacidades de previsão especiais, mas simplesmente porque mantiveram o programa de fundação da IVª Internacional de 1938 e os textos de reafirmação de 1993.

E contudo, dizia o apelo, *“a classe operária luta. Em todos os continentes e em todos os países, os trabalhadores, os jovens multiplicam os actos de mobilização, as greves, as manifestações, os levantamentos (...). Não nos venham dizer que a marcha para a barbárie e a destruição é inevitável, que a humanidade está condenada a soçobrar!”*

Pondo a tónica na responsabilidade dos dirigentes e não na vontade das massas, o apelo concluía-se confiando *“na capacidade da classe operária para ultrapassar os obstáculos que se erguem no seu caminho. Temos consciência da força da democracia operária, que nos diz que nenhuma discussão, nenhuma confrontação podem ser impedidas por um diktat administrativo.”*

Esta é a base em que se constituiu o CORQI e se lançou o apelo à construção da IVª Internacional.

Hoje, essa construção está, mais do que nunca, na ordem do dia. ●

A greve geral de 1926 na Grã-Bretanha

Por Dominique Ferré

HÁ CEM ANOS houve uma greve geral na Grã-Bretanha. Leon Trotsky considerou-a o “maior movimento revolucionário na Grã-Bretanha desde o cartismo”. O cartismo foi o movimento que fundou o movimento operário na ilha, lutando pelas reivindicações democráticas e sociais da “Carta do Povo” de 1838.

A greve geral de 1926, apesar de ter sido portentosa, foi estrangulada em poucas horas pelo dirigentes da burocracia reformista do *Trades Union Congress* (TUC). Mas esta traição foi em grande parte facilitada pela direcção da Internacional Comunista, então dirigida por Stalin e Zinoviev, que subordinaram o jovem Partido Comunista da Grã-Bretanha à direcção do TUC.

O malogro da greve geral britânica, tal como, um ano mais tarde, o esmagamento da revolução na China, foi facilitado pela direcção da Internacional Comunista (IC), precipitando a derrota da Oposição de Esquerda na URSS (1927) e acelerando a degenerescência da União Soviética. As lições que, à época, dele tirou Leon Trotsky merecem ainda hoje ser assimiladas.

A Grã-Bretanha em 1926

1926: há quase dez anos que a vitória da revolução de Outubro de 1917 na Rússia abriu o caminho da revolução mundial, único caminho possível para salvar a humanidade do sistema capitalista e do seu estádio supremo, o imperialismo. Da barbárie da primeira guerra mundial surgira uma vaga revolucionária mundial.

Os anos que se seguem são anos em que se sucedem as derrotas: Alemanha, Hungria, Bul-

gária... isolando a jovem União Soviética, embora a onda de choque de Outubro continue a repercutir-se na Ásia. Na Europa, principia um período de refluxo. Na União Soviética, as derrotas aceleram os processos de burocratização do partido e do Estado operário, contra a qual Lenin ganha forças para o seu último combate, antes do seu desaparecimento (21 de Janeiro de 1924). No partido russo, a batalha está ao rubro sobre questões internas e internacionais, entre o núcleo de direcção à volta de Stalin, Kamenev e Zinoviev (este último dirigia a Internacional Comunista) e a Oposição de Esquerda de Trotsky, que tem forte apoio na base operário e jovem do partido.

O imperialismo britânico saiu da Primeira Guerra Mundial muito enfraquecido. Foi definitivamente ultrapassado pelo imperialismo americano. No Outono de 1925, a política monetária do ministro das Finanças do governo Baldwin (conservador), um tal Winston Churchill, encarece o preço das mercadorias exportadas para o mercado mundial. O carvão britânico, sobretudo, que sofre já a concorrência do carvão alemão extorquido em nome das “reparações de guerra”, mal se vende. Para manter as margens de lucro, o patronato das minas quer impor reduções de salários e um aumento do horário de trabalho dos mineiros. A federação sindical dos mineiros opõe-se: “*Nem um penny (centavo) a menos no salário, nem um minuto a mais no horário*”. Os mineiros conseguem uma promessa de apoio do conselho geral (a direcção) do TUC.

Nesse mesmo ano de 1925, numa conferência internacional reunida em Londres, os sindicatos soviéticos propõem e conseguem que os dirigentes reformistas do

TUC constituam um Comité de Unidade Anglo-Russo, quadro de frente única com o objectivo de “realizar a unidade do movimento sindical internacional” e se opor aos preparativos de guerra dos imperialistas.

Como surge a greve geral

Para atrasar o choque que aí vem, o governo conservador desmultiplica-se em iniciativas em direcção aos dirigentes do TUC e aos patrões das minas, aos quais concede (já então!) “ajudas públicas” consideráveis para compensar a redução dos salários. Mandando, enquanto isso, enfiar na prisão os dirigentes do pequeno Partido Comunista (CPGB), por “sedição”.

Na primavera de 1926, o patronato toma, porém, a iniciativa do choque, organizando o *lock-out* (greve patronal) dos mineiros. A provocação obriga os dirigentes da federação dos mineiros e do TUC a, nas manifestações do 1º de Maio, apelar à greve geral a partir de 4 de Maio, “em defesa dos salários e horários dos mineiros”.

No dia 4 de Maio, mais de um milhão e meio de trabalhadores estão em greve. No dia seguinte, são dois milhões e meio... A amplitude do surto surpreende toda a gente: governo conservador, dirigentes do *Labour Party* e do conselho geral do TUC. Enraizada nos mineiros, a greve alastra a outras profissões, nomeadamente aos tipógrafos, que se recusam a imprimir o *Daily Mail*, cujo editorial, intitulado “*Pelo rei e pela pátria*”, condena a greve geral.

Consciente do carácter explosivo da situação, o editorialista do *Mail* escrevera que “*uma greve geral não é um conflito de trabalho. É um movimento revolucionário que só pode ser bem sucedido*”

● HISTÓRIA

»»» *se destruir o governo.*” Não se pode dizer que não tenha razão: surgindo embora, com frequência, da generalização de greves específicas por reivindicações específicas, a greve geral tem natureza política. Põe a classe operária, unida com as suas organizações, sejam elas organizações tradicionais — sindicatos, partidos — ou constituídos no fogo da luta, comités de greve, conselhos operários, etc., face a face com a burguesia e o seu Estado. Paralisando a produção e, portanto, a economia e a sociedade, a greve geral faz a pergunta “quem deve dirigir a sociedade?”, pondo a questão do poder.

Duas classes face a face e as respectivas direcções

A direcção do TUC previa uma entrada em greve progressiva das diferentes corporações. Vê-se, porém, parcialmente extravasada pelo entusiasmo dos trabalhadores pela luta. Em poucos dias, desenvolvem-se iniciativas de massas... que preocupam a cúpula do TUC, bem como a do Labour Party, que se manterá nas encolhas durante os nove dias da greve.

Tal cobardia nada tem de accidental. A burocracia reinante nos poderosos sindicatos britânicos sempre desenvolveu fortes tendências oportunistas e reformistas. Já em 1870 Marx alerta os trabalhadores ingleses contra estas tendências de adaptação à monarquia e ao seu império colonial: nunca se poderão eles libertar da exploração se não lutarem pela libertação da Irlanda do jugo colonial britânico (que a burocracia sindical aceita). Em 1900, o TUC funda a sua representação política, o Labour Party, para contestar o monopólio político da burguesia e dos seus dois partidos, o Conservador e o Liberal. Porém, não é grande surpresa quando os dirigentes do Labour e do TUC aderem à guerra imperialista em 1914. Tal como os seus *alter ego* alemães, belgas e franceses, eles contribuem, desse modo, para a “falência da IIª Internacional” (Lenin). Reformista e social-chauvinista, a direcção burocrática do TUC e do Labour

não podia ficar senão aterrorizada pelo levantamento do proletariado em 1926.

A burguesia britânica, em contrapartida, já afectada pelas posições que perdera no mercado mundial, estava determinada a bater-se. A começar pelo seu estado-maior governamental, que mobiliza o aparelho de Estado, com os seus chuis, juizes e exército, que é mandado contra os grevistas. Juntam-se-lhe milícias de fura-greves formadas para o efeito, que atacam fisicamente trabalhadores e sindicatos. A propaganda da rádio e da imprensa segue — apesar da greve do tipógrafo — a todo o vapor, tentando assustar a pequena burguesia e dissuadi-la de cair para o lado dos trabalhadores. É em 1926 que Churchill conquista os seus galões de cão de guarda da classe capitalista. Declara, sem dó nem piedade que “*ou o país rompe a greve geral, ou a greve geral rompe o país.*” Apesar da energia que a classe exploradora nisso gasta, acabam por ser os dirigentes do movimento operário a fazer o trabalho sujo.

A política de Stalin e Zinoviev...

Na Grã-Bretanha, os partidários da IIIª Internacional fundaram o Partido Comunista da Grã-Bretanha (CPGB) em 1920. Na sua *Doença Infantil do Comunismo* (1920), Lenin polemiza contra as tendências “esquerdistas” dos seus dirigentes, acusando-os de não compreenderem o lugar que o Labour Party ocupa na classe operária. E de não compreenderem, conseqüentemente, a necessidade de os comunistas nele trabalharem, “do interior”, para se ligarem às massas, o que o CPGB tentará fazer depois, com pouco resultado.

O governo Baldwin mete os dirigentes comunistas na prisão na véspera da greve geral. Porém, o golpe maior que os comunistas britânicos sofrem não vem de Londres, mas de Moscovo. Stalin e Zinoviev, que comandam a Internacional, passam “por cima” da secção britânica, exigindo que ela se contente em apoiar a direcção do TUC, com quem os sindicatos soviéticos criaram o

Comité de Unidade Anglo-Russo um ano antes.

Ora, se, em pleno refluxo da revolução na Europa, se justificava procurar um segmento de frente única com o TUC e a sua direcção para afrouxar o garrote que estrangulava a URSS, era absolutamente contrário aos interesses dos trabalhadores, logo que estes se pusessem em movimento, subordinar a intervenção dos comunistas ao apoio à burocracia reformista. Mas foi isso mesmo que fez a direcção Stalin-Zinoviev da IC, exigindo ao CPGB que levasse a cabo essa política.

Na União Soviética, porém, a notícia dos acontecimentos na Grã-Bretanha provoca uma vaga de entusiasmo entre os trabalhadores e os comunistas, que vêem nela um possível sobressalto revolucionário na Europa. Os sindicatos colectam somas consideráveis nas fábricas. Conta Trotsky que “*a ajuda financeira concedida pelos operários russos*



A greve

aos mineiros ingleses foi maravilhosa." Mas os burocratas das *trade unions* rejeitarão desdenhosamente essa ajuda que os burocratas soviéticos lhes oferecem, sabendo muito bem que os seus homólogos britânicos já estavam a negociar secretamente com Baldwin o estrangulamento da greve, desde o dia 7 de Maio.

Em poucos dias, os dirigentes do TUC aceitam as promessas de Baldwin como se fossem letra de lei: nenhuma reivindicação será satisfeita... mas os grevistas não sofrerão sanções. No dia 12 de Maio, o secretário-geral do TUC dirige-se ao nº 10 de Downing Street — a residência oficial do primeiro ministro — e apela ao regresso ao trabalho! Uma punhalada nas costas de milhões de operários em greve. Os *"lugartenentes operários da burguesia"*, como lhes chamava Lenin, salvavam os exploradores, que não honrarão nenhuma promessa. Dezenas de milhar de grevistas serão despedidos e colocados em

"listas negras" patronais que os condenam ao desemprego. Os mineiros, isolados do resto da classe pelos burocratas, continuaram a lutar durante alguns meses antes de "voltarem", também eles, ao trabalho.

O que é duplamente dramático para a classe operária britânica, tal como para a classe operária soviética e internacional, é que esta traição se torna possível graças à proibição que Moscovo faz aos comunistas britânicos de desenvolverem uma política independente na luta de classes. Moscovo atou-lhes as mãos em nome do acordo de cúpula com a direcção do TUC, apesar de este apontar claramente para a derrota.

... e a crítica da Oposição de Esquerda

Pela sua parte, a Oposição de Esquerda no partido russo bateu-se, contra a política da direcção da IC, lutando por que os comunistas britânicos actuassem em

total independência do aparelho sindical, do mesmo modo que, em 1927, recusarão a subordinação dos comunistas chineses ao partido burguês nacionalista Kuomintang, exigida por Stalin e Zinoviev. Em ambos os casos, denuncia a Oposição, a direcção da Internacional Comunista não se comportou como uma direcção revolucionária.

No fundo, ela subordina a actividade da secção — britânica ou chinesa — da Internacional a foras sociais hostis ao proletariado. O aparelho corrupto dos sindicatos dum país imperialista, no caso da Grã-Bretanha; a burguesia compradora dum país oprimido, no caso da China. Fá-lo, reflectindo o interesse da casta parasitária que emerge na União Soviética, que renunciava *de facto* à revolução mundial e, por conseguinte, à ajuda à intervenção de uma vanguarda revolucionária, aspirando antes à "estabilidade", que procura através de acordos diplomáticos.

Quanto à forma, aquilo que mais tarde se chamará o "zinovievismo" consistia em impor verticalmente directivas aos partidos (aqui o britânico e o chinês), que são instados a aplicá-las em nome dos "interesses superiores da URSS". Esta política de Stalin-Zinoviev é ainda caracterizada por Trotsky, quanto ao fundo e quanto à forma, como "centrista" — uma política que oscila entre a revolução e os aparelhos contrarrevolucionários. Trotsky e a Oposição de Esquerda continuam a lutar para "endireitar" a IC e os seus partidos. Só após a derrota da Oposição (1927) no partido russo e quando a política da direcção da IC prepara a derrota do proletariado alemão e a vitória de Hitler (1933) afirmarão Trotsky e os seus aliados que o estalinismo "caiu definitivamente para o lado da ordem burguesa".

Em 1929, em *"A Internacional Comunista depois de Lenin"*, Trotsky faz o balanço: "O ponto de partido do Comité Anglo-Russo era, como vimos, uma aspiração impaciente a saltar por cima do jovem Partido Comunista, que só se desenvolvia muito lentamente."



geral na Grã-Bretanha (1926)

● HISTÓRIA

»»» Acrescenta Trotsky que *“toda a política do Comité Anglo-Russo serviu, do princípio ao fim, dada a sua orientação errada, para ajudar o conselho geral (do TUC, ndr) para apoiar o conselho geral, para reforçar o conselho geral. O próprio facto de o sacrifício dos operários russos ter permitido que a greve se aguentasse financeiramente não serviu os mineiros, nem o Partido Comunista inglês, mas, uma vez mais, o mesmo conselho geral. No seguimento do maior movimento revolucionário que a Inglaterra conheceu desde o tempo do cartismo, o Partido Comunista mal conseguiu crescer, enquanto o conselho geral ficou*

mais solidamente implantado do que antes da greve geral.”

Para Trotsky, uma política operária revolucionária devia ter considerado o Comité Anglo-Russo *“como coligação circunstancial entre as esferas superiores, que se deveria romper, e o seria de maneira espectacular, logo que houvesse lugar à primeira prova séria, comprometendo o conselho geral”*. Em caso algum como *“organismo intocável a pairar acima da luta de classes”*.

Na verdade, prossegue Trotsky, *“a entrada do movimento de massas numa fase abertamente revolucionária arremessou os trabalhistas liberais que se tinham*

deslocado um bocadinho para a esquerda de volta pra o campo da reacção burguesa. Eles traíram a greve geral consciente e abertamente e, mais tarde, traíram a greve dos mineiros. O reformismo encerra sempre em si a possibilidade duma traição. Isso não quer dizer, porem, que reformismo e traição sejam equivalentes a todo o momento. Quando os reformistas dão um passo em frente, pode-se fazer acordos provisórios com eles. Porém, quando, assustados pelo movimento de massas, eles o traem, manter a coligação com eles equivale a tolerar os traidores e a dissimular a traição.” ●

A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

Assina!

Assino A Internacional - 6 números: 24 euros

Apelido, nome:

Endereço:

Endereço electrónico:

Cheques à ordem de 'Réveil ouvrier' - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

A Internacional

publica-se em versão alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana, portuguesa, russa e turca.



